

## **050ª SESSÃO ORDINÁRIA 03JUN2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra.

**O Sr. Professor Garcia (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Clóvis Fonseca Brum. Foi ex-Vereador de Uruguaiana, na época da ditadura ele foi cassado, irmão do Vereador desta Casa, de muitos mandatos, Clóvis Brum, e também do Caetano Brum.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Paulo Etzberger, Diretor da Imobiliária Condosul, uma das administradoras mais antigas de Porto Alegre .

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas, falo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, dos Vereadores Mauro Pinheiro, Alberto Kopittke e Eng<sup>o</sup> Comassetto. Estamos na Semana do Meio Ambiente e não temos muito o que comemorar. Temos que olhar sempre com olho crítico, esse é o nosso papel, fomos eleitos para sermos oposição na Cidade, e no campo ambiental a Cidade padece de políticas que efetivamente preservem o meio ambiente, e não mais naquele conceito de ambiente como algo da natureza separado do homem. Meio ambiente faz parte da boa convivência humana com o planeta e com o conforto da vida na Cidade. Digo isso porque, há um bom tempo, talvez não muito tempo atrás, infelizmente, se fazia uma separação, a natureza e o meio ambiente, e a floresta e a Cidade não tem relação nenhuma, ou pouca

---

relação com a natureza. Eu digo sempre, fazendo uma ressalva, não é a primeira vez aqui que faço essa ressalva, da ousadia que Porto Alegre teve nas décadas passadas no plantio de árvores na Cidade. Realmente, quando viajamos por outras cidades, inclusive cidades pequenas, do Interior, notamos que não houve, pelo menos, e nem há, uma atitude tão arrojada em ter tantas árvores na Cidade. Isso representa não só uma beleza estética da Cidade, mas como conforto acústico, conforto ambiental. Diferente do que o Prefeito dizia quando foram cortadas as árvores aqui do Gasômetro, que as árvores não eram usadas, aquelas árvores ninguém utilizava. Muito ao contrário disso, as árvores são, sim, patrimônio da Cidade e das pessoas. E nós temos aqui, infelizmente, em Porto Alegre, uma ampla política de rodoviarização da Cidade, que tem colocado abaixo muitas árvores. Nesta semana, foi anunciada a duplicação da Av. Wenceslau, tivemos aqui a duplicação da Av. Beira Rio, que já era dupla, então eu chamo de quadruplicação. Temos o binário da Av. Borges, que a todo momento vai restringindo espaços verdes e calçadas para promover essa rodoviarização da Cidade, deixando-a mais insegura, com mais concreto, mais calor e mais poluição.

Então, quero fazer aqui o registro do ponto de vista mais geral, e conectando com a questão da mobilidade urbana, porque infelizmente vivemos em Porto Alegre um franco processo de rodoviarização na Cidade. E apesar de dizermos isso e mostrarmos com estudos, isso torna a Cidade mais insegura. A Cidade com maior velocidade e privilegiando o fluxo de veículos automotores individuais, vai estabelecendo uma quebra de contato, inclusive visual, entre as pessoas da Cidade. Isso vai tornando-a mais insegura. Digo isso porque, há algumas horas, eu estava na Av. Praia de Belas, que faz parte agora do tal binário da Borges. Efetivamente ali na Praia de Belas, que era uma avenida – a Borges já era uma avenida de grande fluxo, então não há residências ali, pelo menos da Ipiranga para frente, mas a Praia de Belas, com grande fluxo, é verdade, mas uma rua bastante calma, agora se tornou praticamente uma *freeway*. Então, moradores da região já reclamam, seja do excesso de ruído, seja pela situação que causou. Antes, os veículos transitavam com pouca velocidade, era uma rua arterial, mas com pouca velocidade, e agora efetivamente se rodoviarizou.

Digo tudo isso pela relação que faço com a mobilidade urbana com o meio ambiente. E, ontem, eu estava num debate na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, justamente sobre a questão ambiental, e dividi a Mesa com o Secretário Cappellari. Uma

---

das observações que fiz foi justamente isso, esse amplo processo de rodoviarização da Cidade em pleno curso, com construção de viadutos, trincheiras, etc. É curioso que não é a primeira vez que faço isso presencialmente com o Secretário Cappellari, e nunca é rebatido isso. Ou seja, é assim mesmo, é admitido: estamos num processo de franca rodoviarização da Cidade, enquanto cidades mundo afora – não precisa ir muito longe, São Paulo é um exemplo – têm retirado espaços para os veículos e devolvido às pessoas, como é a questão dos parques, como é a questão de inúmeras áreas verdes que são feitas, inclusive nos centros das cidades, como em Nova Iorque, aqui em Buenos Aires. Então, não precisa ir muito longe. Então, é um convite para pensar diferente, pensar o meio ambiente integrado ao homem e tornar a Cidade um lugar agradável para se viver, com mais conforto, ambiental, acústico, sonoro, etc. Isso depende, sim, de uma olhar mais integral sobre o meio ambiente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, na semana retrasada, eu recebi aqui na Câmara a honrosa presença do comandante do policiamento da Capital, o Tenente-Coronel Mário Ikeda, e eu já conversei sobre isso daqui da tribuna. Naquela oportunidade com o Tenente-Coronel, eu apresentei uma proposta. E hoje, lendo os jornais e as notícias de Porto Alegre, sinto que está avançando uma questão com que a gente se preocupa: insegurança pública. O Rio Grande do Sul tem, no seu quadro completo, 40 mil policiais militares, este é o quadro de policiamento. E nós temos, hoje, em torno de 20 mil policiais militares na ativa, metade do quadro. E eu estava conversando ontem, quando me informaram que 1.200 policiais militares estão aptos e pedindo a sua ida para a reserva remunerada. Nós temos, hoje, na reserva, remunerada e não remunerada, no total de 10 mil policiais militares. São pessoas treinadas, experimentadas e que muitos deles se dispõem à tarefa. O Governador anuncia que apresentará aos Deputados da base de Governo sua proposta de chamamento de profissionais da reserva para atuar na Brigada Militar, que é exatamente a proposta que fiz e que encaminhei naquela tarde ao Tenente-

---

Coronel Mário. Pelo que nós percebemos, há disposição do Governo do Estado de participar, necessariamente, no financiamento dessas chamadas da Reserva para trabalhar em posição de temporários. Qual é a proposta, qual é a ideia que se tem aí? Conhecendo a realidade financeira do Estado – todos sabemos da realidade financeira do Estado, todos nós, necessariamente, conhecemos a realidade financeira dos Municípios – , qual é a proposta que se tem? Que o Governo do Estado, a partir de uma emenda à lei existente, à lei vigente, possa chamar profissionais da Brigada, reservistas remunerados e também não remunerados. Com isso, nós teríamos uma potencialidade de, aproximadamente, dez mil brigadianos dispostos a voltar à sua atuação. A ideia, então, é buscar também a parceria com os Governos Municipais, e, a partir dessa parceria, se remunerariam os chamados da Reserva para atuar; na média, um custo mensal de R\$ 3 mil: R\$ 1.500 de salário e R\$ 1.500 de despesas de previdência. Nós teríamos PMs transitórios sem vínculo empregatício atuando na segurança pública.

Para concluir, eu não me canso de dizer que, dentre as instituições públicas de maior crédito no Estado, está a Brigada Militar, e é preciso, sim, intensificar a presença de militares nas ruas. Além das questões da inteligência fiscal e de equipamentos para a Brigada, necessária é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Necessária se faz a presença de policiais militares. É uma proposta que, parece-me, começa a tomar corpo, e eu quero, aqui, registrar a importância da proposta e iniciativa que vem lá do Governo do Estado, Governo Sartori, algo que se encaixa muito bem dentro daquela proposta que encaminhei ao nosso Comandante de policiamento da Capital. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Sgarbossa veio a este plenário falar sobre árvores em Porto Alegre, sobre meio ambiente. Falou muito bem que nós devemos proteger o meio ambiente, proteger as árvores – isso é ótimo. Pena que ele não se encontra aqui no plenário, mas, provavelmente, ele terá acesso às notas taquigráficas. Eu preciso da ajuda dele, de

---

parceria para verificar algumas degradações na área do meio ambiente que estão ocorrendo em Porto Alegre. Temos várias invasões de áreas, onde estão depredando o meio ambiente, estão cortando árvores, entrando em áreas alagadas, em banhados, aterrando os banhados, ou seja, agredindo o meio ambiente, mas, principalmente, cortando a mata nativa desses espaços. Também, Ver. Cecchim, nos arroios, tristemente, as invasões acontecem: fazem casas ao lado dos arroios. Há um caso em uma vila onde as pessoas construíram uma casa em cima do arroio, colocaram dois pilares de um lado do arroio e dois pilares do outro lado e construíram a casa em cima. Deve ser muito bom o barulho de águas, é até romântico, no entanto, quando vêm as chuvas, é uma calamidade, Ver. Cecchim. Então, eu preciso dessa parceria do Ver. Sgarbossa para cuidar muito bem dessas áreas que estão sendo invadidas, que estão depredando o meio ambiente. Ver. Sgarbossa, estou pedindo também a sua ajuda para, conjuntamente, lutarmos contra a proliferação da erva-de-passarinho, que está matando, aproximadamente, 8 mil árvores em Porto Alegre. Nós levamos anos e anos para replantar algumas árvores, e existem, aproximadamente, 8 mil árvores em Porto Alegre que estão morrendo por causa da erva-de-passarinho. Há ambientalistas que dizem que a erva-de-passarinho é importante, porque vai alimentar os pássaros. Acontece que ela é maléfica também, porque mata as árvores em Porto Alegre. Também preciso ajuda em relação ao manejo das árvores antigas, que estão caindo. Todo o santo dia temos árvores caindo. Aqui, mesmo, nesta Casa, no estacionamento, há uma árvore caída, e as providências, não sei por que, não são tomadas. Então, essa parceria é extremamente importante.

Quero lembrar, também, dos nossos morros, que estão sendo invadidos por moradias irregulares, e a vegetação, que é muito pouca, está sendo devastada. Então, nós precisamos lotar os morros de vegetação, de árvores, fazer uma nova Floresta da Tijuca aqui em Porto Alegre, nos nossos morros, para evitar invasões e para defender o meio ambiente. Tenho certeza de que tenho o apoio da Ver.<sup>a</sup> Lourdes a esse pleito. Peço ajuda dos Vereadores para cuidarmos do meio ambiente, sim, mas também para evitar a depredação que está ocorrendo com as invasões irregulares em Porto Alegre. Obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente Mauro Pinheiro, primeiro ouvi a fala do Ver. Sgarbossa, depois a fala do Ver. Nedel, e eu estou meio perdido agora aqui. O Ver. Nedel pede apoio ao Ver. Sgarbossa sobre as invasões, pede apoio ao Ver. Sgarbossa sobre as ervas-de-passarinho nas árvores. Eu estava, até então, passado todo este tempo, estes anos, imaginando que o Ver. Sgarbossa era da oposição, que o Ver. Nedel era da situação e que o Prefeito Fortunati não era do PT. Agora eu comecei a entender. Por que quem é que tem o poder policial de cuidar desta Cidade? De evitar as invasões? De determinar, enfim, que se evite que a erva-de-passarinho mate as nossas árvores da Cidade? Eu agora fiquei... Isso aqui é só para me esclarecer, porque, assim como eu, com toda esta minha limitação, pode ser que haja mais algum brasileiro, porto-alegrense, também, com as mesmas limitações para entender. Até então, Ver. Nedel, eu pensava que o Prefeito Fortunati era do PDT, que V. Exa. era do governo. Não. Vossa Excelência trouxe um assunto, faz um apelo ao Ver. Sgarbossa. Eu passei agora a entender. Então, o governo é do PT, e V. Exa. faz um apelo ao Ver. Sgarbossa nesse sentido. Eu quero reforçar também! Volto a dizer: eu imaginava que era o contrário, que o Ver. Sgarbossa era da oposição, e V. Exa. do governo; agora, então, eu quero me somar também. Eu acho que o Prefeito, Ver. Sgarbossa, tem que agir; quando houver invasões, é o nosso representante, é o homem que tem a chave da Cidade. Então, Ver. Sgarbossa, V. Exa., por favor, nos ajude aí! Vamos tentar colaborar nesse sentido aí. Vossa Excelência vá lá na SMAM, porque, se há uma Secretaria que é o breque desta Cidade, é a SMAM. Quando eu estava lá em Iraí, as carroças tinham breque, é o freio, é o que freia esta Cidade. Eu não sou contra as fiscalizações, respeito às leis, enfim, a questão das preservações, aquele negócio todo. Mas é verdade, a SMAM é a que segura uma barbaridade, exageradamente os nossos projetos, projetos esses de toda natureza. Nós fazemos parte da comissão que está debatendo a mudança na nossa Zona Rural, Rururbana, proposta pelo Ver. Cassio Trogildo. O trabalho está sendo maravilhoso, e nós estamos vendo que o problema da cidade de Porto Alegre é, como todos sabem, a falta de comunicação entre as Secretarias, só que nós já gastamos esse verbo. Hoje fizemos uma proposta e vamos incentivar que sejam feitas, em mais de um momento, reuniões

---

---

coletivas com os representantes das Secretarias que tratam dos licenciamentos de um modo geral, juntamente com as partes interessadas, para ver se, quem sabe, na presença dos Vereadores, eles conversam: “Olha, eu não licencio porque tem esse, tem aquele problema.”

Para que os senhores saibam o quão grave é isso aqui na Zona Sul, nós temos criadores de peixe, Ver. Nedel, V. Exa., que é muito atento...

(Aparte antirregimental.)

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Não, não, eu acho que é do Governo, não sei, agora já não sei mais, depois disso aqui já não sei mais quem é quem! Eles criam peixe, oferecem para a merenda escolar do Município, mas eles não têm alvará para criar os peixes lá, só para vocês saberem. Não foram licenciados, mas oferecem peixes para a merenda escolar! Também quero fazer um apelo aqui ao Ver. Sgarbossa: por favor, nos ajude!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Titi Alvares está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. TITI ALVARES:** Boa tarde a todas e a todos, eu queria dizer que, na semana passada, o PCdoB realizou a sua 10ª Conferência Nacional, que teve com insígnia “uma frente ampla em defesa do Brasil e do desenvolvimento da democracia”, tentando fazer esse debate que traz a necessidade de o País retomar o seu crescimento e implementar um novo ciclo de desenvolvimento nacional a partir do que foi construindo nesses 12 anos deste ciclo político atual. Lá em São Paulo, na 10ª Conferência, que teve também a presença da Presidenta Dilma Rousseff, foi eleita a nova Presidente Nacional do PCdoB, Luciana Santos. Pela primeira vez, é uma mulher, negra, nordestina, de 40 e poucos anos de idade, ex-Prefeita de Olinda e Deputada Federal, mostrando que o PCdoB, que tem metade da sua bancada federal composta por mulheres, é um partido que está atento às ditas minorias – que, na verdade, não são minorias –, elegendo uma mulher de grande capacidade política, negra e nordestina.



---

Eu queria também informar que, ontem, eu estive representando a Câmara na Assembleia Legislativa numa audiência pública que tratou da questão dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Temos, aproximadamente, sete mil imigrantes que chegaram nos últimos três anos no nosso Estado. É muito importante que tanto a Prefeitura de Porto Alegre quanto o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomem medidas no sentido de garantir a esses imigrantes condições para permanecerem no nosso Estado. No nosso Estado e no nosso País, que têm, como marca, a miscigenação, a mistura de diversos fluxos migratórios que aconteceram ao longo do século XIX e XX. Principalmente, agora, vindos de países com desastres naturais, como é o caso do Haiti, é importante que possamos recebê-los por meio de políticas públicas específicas, que garantam a recepção dessas pessoas com moradias solidárias ou com a casa do imigrante, e também que garantam aos imigrantes a integração ao mundo do trabalho, à língua portuguesa e a tudo o que um cidadão brasileiro tem acesso. Uma das queixas deles é que eles levam muito tempo para conseguir visto, o que faz com que não tenham nem acesso a um hospital se precisarem, a um aluguel, e tudo fica dificultado. Eles não vêm ao Brasil simplesmente porque querem, mas vêm por necessidade. Foi um consenso tirado da audiência pública de ontem que Porto Alegre e o nosso Estado possam recebê-los de braços abertos, porque foi assim que se deu a conformação do nosso Estado e é assim que deve continuar, através da solidariedade entre os povos e da boa recepção aos imigrantes, que, certamente, virão somar ao nosso Estado e ao nosso País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje eu irei usar este período para homenagear todos os guerreiros e pessoas que fazem por merecer através do crescimento; do crescimento intelectual, da força e da vontade de buscar o seu lugar no espaço através da educação.

Ver. Nedel, eu peço que este momento seja um momento de homenagem aos funcionários desta Casa. Um momento de homenagem a todos nós, que temos a honra



---

de ter um colega como o funcionário Lúcio nesta Casa. Fazendo esta homenagem, eu sei que estarei fazendo uma homenagem aos colegas que tanto nos auxiliam aqui. O funcionário Lúcio, como vimos através de uma reportagem do jornal Diário Gaúcho, é um exemplo de guerreiro, é um exemplo de quem busca um espaço, um lugar ao sol diante de todas as dificuldades: ele buscou na educação. (Mostra jornal.) Foi pedreiro, chapista, vendedor de sorvete, e aqui traz uma história muito bonita, que eu gostaria que fosse exemplo para muitos e muitos que fazem parte das minorias. Conquistou um lugar no espaço, conquistou um concurso aqui através de cotas e aqui faz um trabalho brilhante junto aos seus colegas no seu setor. Fazendo esta homenagem, homenageio todas as minorias, todos os lutadores e, principalmente, todos os funcionários desta Câmara, cada um dos funcionários desta Câmara, pessoas que fazem o nosso trabalho realmente acontecer. Parabéns, Lúcio, é uma honra tê-lo como colega, um advogado que, na sua infância, foi catador de latinhas, hoje é doutorando em Direito e aqui faz acontecer toda a sua história, abrilhantando e ajudando todos nós. Parabéns, Lúcio! E parabéns a todos os funcionários desta Casa! Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, Vereadoras; é com muita satisfação que venho aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, do PSOL e do PCdoB, falar em liderança de oposição. Aproveito o tema que o nosso querido colega Ver. João Carlos Nedel trouxe para a tribuna, apontando um conjunto de desencontros da gestão municipal no que diz respeito à proteção ambiental, ao licenciamento e/ou encaminhamento de serviços e obras na cidade de Porto Alegre – isso por minha conta, Ver. Nedel. Eu quero dizer que temos trazido um debate conceitual aqui para esta tribuna e queremos ratificá-lo: a gestão pública municipal, Ver. Cecchim, se encontra numa postura de cansaço de gestão, e esse cansaço vem carregado de desencontros de gestão e de administração, e há uma falta de comando efetivo dos serviços.

O Ver. Bernardino trouxe aqui o debate que fizemos hoje pela manhã na comissão que discute a produção rural, a Zona Rural e o atual Plano Diretor. Eu tenho sustentado em

---

todos os debates, desde quando construímos o Plano Diretor, lá no final da década de 1990, e nos debates nesta Casa, que a produção primária da cidade de Porto Alegre é protegida pela legislação Municipal. Agora, o que não acontece é a gestão unificada para garantir o licenciamento das produções. E nós temos casos que vêm contribuindo negativamente na cidade de Porto Alegre. Eu trago alguns exemplos aqui. Um deles o Ver. Bernardino já trouxe, a piscicultura de Porto Alegre – Ver. Cecchim, o senhor que foi Secretário da SMIC – tem mais de 100 produtores. Produzem, entregam para o Município na merenda escolar, mas não conseguem a licença de produção, como tem que ser, para conseguir todos os benefícios. A produção de leite em Porto Alegre, que se organizou para ter produção de leite orgânico – um dos poucos do Rio Grande do Sul –, não conseguiu licenciamento porque a SMAM não liberou, dizendo que estava a menos de 10 quilômetros da Reserva Biológica do Lami. As estradas não são patroladas devidamente porque os funcionários da SMOV e do DMLU não conseguem entrar com as máquinas, Ver. Tarciso, porque a SMAM diz que não permite podar os galhos que estão no leito das ruas - ruas registradas no Plano Diretor, Ver. Prof. Alex Fraga, o senhor que é biólogo, como leito de rua, leito de estrada. Portanto, um maricá, quando remete um galho para o leito da estrada, tem que ser podado devidamente, acompanhado das equipes técnicas. Isso tudo está paralisado, sem falar do tema, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Sgarbossa - em nome do qual posso falar porque me autorizou -, que está à disposição para ajudar a montar o programa de ocupação ordenada do solo de Porto Alegre. E o problema não são as ocupações irregulares existentes, o problema é a falta de política de gestão da ocupação do solo e de um programa habitacional que aponte na direção da reforma urbana. Nós temos em Porto Alegre, hoje, 40 comunidades com ação de despejo – quarenta! –, são 25 mil pessoas. Para onde irão essas famílias se não há um programa municipal de habitação que as absorva? Por que o Município não tem uma política de desenvolvimento urbano que contemple a absorção dessas famílias? Eu quero dizer aqui que em um trabalho feito pelas nossas Comissões, pelos Vereadores – ressalto os Vereadores da oposição: Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Prof. Alex, Ver.<sup>a</sup> Titi, Ver. Maroni, Ver.<sup>a</sup> Jussara e a Bancada do Partido dos Trabalhadores - temos batido na tecla da ocupação irregular do solo e de um projeto que contemple essas famílias. E para isso eu tenho uma notícia interessante e importante que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, junto com a atuação de vários

---

---

parlamentares aqui já citados, junto com o Judiciário estão criando um comitê de resolução de conflitos para deixar 16 comunidades - que já têm ação de despejo - congeladas para serem tratadas dentro de uma política da função social da propriedade, e não de uma política de exclusão social como a gestão Fortunati/Melo está conduzindo neste momento, com uma falta de encontro. É uma gestão que está cansada; portanto, quero fazer esse registro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não Revisado pelo orador)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara, venho a esta Tribuna para também tratar e abordar aqui a nossa reunião de hoje pela manhã da nossa Comissão Especial, instalada nesta Casa para discutir o restabelecimento da Zona Rural em Porto Alegre. Ver. Tarciso, Ver. Bernardino, Ver.<sup>a</sup> Séfora, Ver. Comassetto, Ver. Reginaldo Pujol, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que nos acompanharam, têm o entendimento de que foi mais uma reunião muito produtiva. Foi a terceira reunião, tivemos a instalação; na primeira reunião, nós tivemos a participação da SMIC, da PGM e da SMAM, e, hoje pela manhã, também da SMIC, da EMATER e da área de Crédito Rural do Banrisul.

Estamos tendo vários avanços no entendimento, Ver. Paulo Brum, para o restabelecimento da Zona Rural. Hoje, inclusive, muitas manifestações aconteceram, no sentido de que, praticamente, estamos construindo o consenso da necessidade, Ver. Dinho, do restabelecimento da Zona Rural, mas, logicamente, fazendo a discussão, tendo os encaminhamentos e construindo os encaminhamentos necessários. Alguns consensos, Ver. Prof. Alex Fraga, já estão estabelecidos, por exemplo, o restabelecimento da Zona Rural, que voltamos a ter em 8,27 do território da Cidade, temos gravadas as Áreas de Interesse Social, que estão devidamente demarcadas, mas todas as áreas irregulares lá existentes não estão demarcadas. E há um consenso de que devemos solucionar esta questão, porque, logicamente, as pessoas não serão removidas, Ver. Lourdes e Ver. Pablo. Estão lá já há muito tempo. Então, precisamos ter, no dispositivo legal, no projeto

---

de lei que aqui tramita, Ver. Cecchim, como fica a solução para aquelas famílias que lá estão em loteamentos irregulares.

Outra questão é como ficam os sítios de lazer, porque, na verdade, o restabelecimento da Zona Rural traz incentivos, retorna o ITR, que é uma forma de pagar imposto, Ver. Kevin, bem mais reduzido para quem tem produção primária e não, efetivamente, para quem tem um sítio de lazer. É um direito ter um sítio de lazer, Ver.<sup>a</sup> Titi, que nos acompanhou, hoje pela manhã, e que também faz parte da Comissão, mas o sítio de lazer não pode ter o mesmo benefício que tem o produtor primário.

Então, são dois pontos que precisamos elencar; e tem um terceiro ainda, que também não tem levantamento, o qual já pedimos para a Secretaria Municipal de Urbanismo fazer o levantamento, que é sobre os empreendimentos que estão em tramitação, como ficam. Não sabemos o volume dentro desta área que está sendo estabelecida, o que vai representar; estanca, a partir da implantação? O que está tramitando não vai valer? Precisa ter uma decisão, e nós estamos, nesta questão, tateando no escuro, porque não sabemos a quantidade de que estamos falando, a quantidade de empreendimentos ou a quantidade de unidades de que estamos falando. Realmente existe, do ponto de vista de legislação, uma grande desconformidade. Temos o Decreto Estadual nº 23.430, da Vigilância Sanitária do Estado, que estabelece que o Município que não tem Zona Rural não pode licenciar criatório de animais. Portanto, não pode ter criação de porco, de peixe, não pode ter estábulo para cavalos, para vacas e ovelhas. Em contrapartida, hoje, o Ver. Comassetto levantou que o nosso Plano Diretor estabelece que a nossa zona de produção primária, mesmo sendo urbana, tem todas as prerrogativas como se fosse Zona Rural. Então, precisamos trabalhar isso e ver, do ponto de vista jurídico, como se resolve essa questão, até porque muitos produtores primários, hoje, produzem – Ver.<sup>a</sup> Mônica, como foi abordado na nossa reunião - fora dos limites onde vai ser restabelecida a Zona Rural. Então, logicamente, que fora da Zona Rural não queremos que haja produção de suínos, que haja pocilgas de porco, mas será que não é possível haver os criatórios de peixes que não têm grande impacto? Mas também está estabelecido que tudo que mexe com recurso hídrico precisa ter licenciamento ambiental, e hoje não estamos licenciando ambientalmente em Porto Alegre. Todos os criatórios de peixe que temos em Porto Alegre hoje estão irregulares, e toda a produção primária, inclusive de hortifrutigranjeiros que precisam de irrigação, hoje não têm licenciamento ambiental, porque a lei determina que

---

pág. 12

---

quando mexe com recursos hídricos precisa licenciar. Então, muito feliz ficamos porque a Comissão está trabalhando; logo, logo teremos um resultado muito positivo.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Kevin Krieger, gostei porque os dois Vereadores que me antecederam falaram sobre o mesmo assunto. O Ver. Comassetto reclamou do licenciamento dos açudes. Sobre isso posso falar com muita autoridade, Ver. Pablo Mendes, pois fomos nós que fizemos - na época em que o Fogaça era Prefeito e eu era Secretário da SMIC - cem açudes como nunca ninguém tinha imaginado antes. Mesmo que a tal de gestão pareça cansada, desgastada, ainda terá mais quatro anos para chegar na canseira que o Ver. Comassetto tomou na época em que o seu partido governava, e com muito mais coisas realizadas, como, por exemplo, os açudes de peixes. Agora vou concordar com o Vereador: os especialistas em meio ambiente - que acham que são, mas, na realidade, são exus tranca-rua – têm que pensar com a mente um pouco mais aberta e ver se esses açudes vão prejudicar o meio ambiente. Cem açudes, com 300m<sup>2</sup> de água – são pequenos tanques de produção, é verdade, não são açudes. Agora, os que se acham doutores do meio ambiente, são nada; são tranca-rua, são exus tranca-rua que trancam tudo na cidade, no campo, em todos os lugares. Não sei quem deu força para essa gente, e até inventaram um seminário lá em Brasília e pensam que é lei! Temos que começar a enfrentar essa gente, temos que mostrar para eles como é – Ver.<sup>a</sup> Sofia, V. Exa. que, às vezes, se junta a eles para defender coisas impossíveis. Não é possível que se tranque cem açudes que produzem peixes para as famílias! Isso não é uma produção louca, não é um tanque como o do Chile onde exploram os peixes no mar. Agora, trancam e não dizem o porquê, só dizem que não dá; eles não sabem por que não dá. A grande maioria não sabe por que não dá e simplesmente diz que não dá! Não licenciam, não dizem o porquê, só sabem dizer não.

Então, está na hora de enfrentarmos essa gente; não são técnicos do meio ambiente, mas tranca-ruas da cidade, do campo e das pessoas que produzem. Acho que esses, sim, temos que começar a enfrentar. Quando se faz algo que dá certo, como o que esses

---

produtores rurais estão fazendo, estão na Zona Rural de Porto Alegre, que eram para ter na entressafra peixes mais baratos – e eles produzem peixe mais barato -, vêm dois ou três que se dizem entendidos e dizem “não”! Mas em nome do quê eles dizem não? Acho que está na hora de os Vereadores, de as pessoas que podem falar no microfone, no megafone, dando gritos, fazendo qualquer coisa, enfrentar esses absurdos chamados “pseudotécnicos” de meio ambiente. Eu acho que nós entendemos mais de meio ambiente do que eles, porque o meio ambiente se destina para as pessoas viverem bem, para os animais viverem bem e até para o sapinho que eles querem defender. Todos nós gostamos de defender tudo, a natureza, agora, trancar, não deixar produzir peixe – isso é o cúmulo que essa gente está fazendo com os criadores de peixe da zona rural de Porto Alegre! Foi difícil fazer isso, pois nós usamos as máquinas do Centro Agrícola Demonstrativo – CAD, usamos o óleo, fizemos com que cada produtor entrasse com o óleo e conseguimos fazer esses açudes. Compramos alevinos para povoar esses açudes e agora que eles estão produzindo essa gente diz que não pode. Mas não é possível! Tem que começar a criar peixe sem poder, isso não é desobediência civil, isso é enfrentamento com essa gente! Não dá para obedecer eles! Se aparecer algum promotor ou promotora pública trancando junto, chama-os também de tranca-rua, porque não é possível! Nós temos peixe, temos comida, temos produção... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu tinha que fazer esse desabafo porque não é de hoje que quase todos os licenciamentos são trancados por técnicos que não têm compromisso nenhum com as pessoas, com a Cidade. Eles têm compromisso ideológico com meia-dúzia deles mesmos, onde um protege o outro e o tempo vai passando, o tempo vai passando e as coisas produzidas com sacrifício são jogadas fora por culpa deles. Têm que começar a trazer os nomes desses técnicos, começar a fazer o enfrentamento e começar a dizer que eles estão errados. Esses não são técnicos; são exus tranca-rua! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 94, § 1º, alínea f do Regimento.

---

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço o espaço regimental para fazer a prestação de contas da viagem que realizei na semana passada. Iniciei o relato na última segunda-feira, mas, por conta da chegada dos municipais a esta Casa, e a seu pedido, cedemos o tempo para iniciarmos as negociações.

Eu tive a satisfação e o prazer, a convite da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae, cujos associados são todos os Municípios do Brasil que realizam a gestão do saneamento ambiental, de participar da 45ª Assembleia Nacional da Assemae, que ocorreu no Município de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Anualmente, se realiza uma assembleia e um encontro nacional, e eu tive o prazer de ser convidado para, em nome do Conselho Nacional das Cidades, falar sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Quero aqui trazer, rapidamente, o que significa o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano: é um sistema que tem a intenção, Ver. Cecchim – já está pronto o projeto de lei, tem que ir para o Congresso Nacional –, de unificar as ações da União, Estados e Municípios que têm programas a se realizarem no campo do desenvolvimento urbano, sejam programas de habitação, sejam de saneamento ambiental, em que há água, tratamento de esgotos e de todos resíduos das cidades. A mobilidade urbana, o planejamento e a habitação devem ser trabalhados pelos Municípios de forma integrada, que os Municípios trabalhem os seus territórios e que tenham seus planos diretores de forma viva, na cidade.

Falando nisso, o Município de Porto Alegre tem que apresentar dois planos diretores, que é o da mobilidade urbana, foi feita uma pequena audiência pública em que não se apresentou o plano e sim as diretrizes, mas já venceu o prazo legal; bem como, em 31 de dezembro deste ano, 2015, vence o prazo para a apresentação do plano diretor do saneamento ambiental de Porto Alegre – todos eles devem ser planos diretores participativos.

Dos quatro eixos que pressupõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, o primeiro deles é que haja, nas cidades, o controle social sobre a política de



---

desenvolvimento urbano; o segundo é que haja integração do território. É inconcebível que cada cidade – como Porto Alegre, a Região Metropolitana e os demais Municípios – trabalhe com um programa do tratamento dos esgotos, do transporte público municipal de uma forma isolada, separado. Bem como, é inconcebível que o Município continue fazendo o Minha Casa, Minha Vida para além do território urbano, onde tem carência de infraestrutura, onde falta escola, onde faltam creches, onde faltam serviços de saúde, onde o transporte público é precário.

Então, tivemos o prazer de fazer essa discussão com o Ministério das Cidades, com o controle social, pois lá estava a Conam representada nesses dois dias em que estivemos essa atividade. Quero fazer um registro aqui sobre o local em que fizemos o debate: hotel construído na década de 30, totalmente restaurado, magnífico, o Hotel Plaza Poços de Caldas, que teve uma restauração fantástica. Quero registrar que um andar desse hotel, com suítes, está tombado, porque lá se hospedava Getúlio Vargas, nosso pai da CLT, que agora está presente em todo o debate de enfrentamento da terceirização, tema em que, certamente, os trabalhadores do Brasil terão vitória.

Quero aqui prestar contas e registrar aos colegas Vereadores que tenho feito, sim, muito trabalho em Porto Alegre e fora de Porto Alegre. E em todas as vezes venho aqui prestar contas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Aqui, desta tribuna, recebi críticas dos colegas Vereadores por estar fazendo essas viagens e representando a Câmara. Quero dizer que faço, sim, com muita honra, não utilizo os recursos públicos da Câmara porque são feitas a convite, mas venho aqui e presto contas do serviço que é feito em prol de Porto Alegre, do Legislativo Municipal de Porto Alegre e dos Vereadores do Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Muitos temas, Presidente, Vereadores e Vereadoras, poderiam ser abordados neste momento de Liderança, em que falo em nome do PSOL, em meu nome e do Ver. Alex Fraga. E nós, na verdade, estamos vendo, primeiro, o conjunto dos projetos encaminhados pelo Governador Sartori para a

---

Assembleia Legislativa. Um conjunto de projetos; eu não vou me deter em todos eles, mas dois chamam muito atenção, Ver. Prof. Alex, pois têm a ver com temas que nós tratamos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e com as políticas de segurança no Estado do Rio Grande do Sul. É a manutenção e ampliação do Decreto de 2 de janeiro até o final de 2015, congelando o chamamento de todos os concursados: da segurança pública, movimento dos policiais civis que já estavam prontos para assumir pelo concurso público e já haviam sido chamados para o curso que cada agente da segurança pública tem que fazer antes de assumir o cargo. E foram desconvidados pelo Governo Sartori e que fazem uma mobilização legítima e necessária para garantir o chamamento dos 651 aprovados no último concurso público da Polícia Civil.

Da mesma forma a Brigada Militar – e em todas as reuniões nós discutimos o déficit da Brigada. Tanto que na primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos, que teve o tema das políticas de segurança pública, quanto na Comissão de Direitos Humanos da discussão, da efetividade do cumprimento das leis de proteção às mulheres vítimas da violência. Nós temos o congelamento dos concursados e, ao mesmo tempo, a inexistência de uma nova política para discutir uma segurança pública preventiva, uma segurança pública vinculada com a ideia de avanço em políticas sociais que garantam mais direitos. Porque evidente que à medida que se avança em direitos sociais, se diminuem os índices de criminalidade.

O segundo tema que, para nós, é muito importante é a discussão com relação aos direitos dos servidores públicos. Direitos que já foram arrojados com a ausência de uma política salarial. Pasmem, o Governo Sartori quer congelar salário até o ano que vem! Então, é aumento da inflação, aumento da gasolina, aumento da energia elétrica, aumento dos alimentos, e a perda de salário real para os servidores do funcionalismo público estadual. O Rio Grande do Sul é o Estado que menos paga para os professores. Isso é um escândalo! Não só não paga o piso do Magistério, que está na lanterna dos salários do professores estaduais, e o Governo congela salários. Não só congela salários, Ver. Alex, quer congelar agora a licença-prêmio, quer mexer nas conquistas do funcionalismo público estadual; cortou a gasolina das viaturas da Brigada Militar; congelou o repasse para os hospitais, tentando responsabilizar o salário do funcionalismo. O engraçado é que eles não responsabilizam uma dívida absurda contraída pelo Governo Britto com Fernando Henrique Cardoso, lá em 1998, que colocou uma cláusula absurda para o

---

pág. 17

---

Estado, que é juro sobre juro, numa dívida ilegal e indecente com o Governo Federal, que o PT denunciou quando era oposição, mas quando a Dilma estava Presidente e o Tarso era Governador, não renegociou a dívida. A promessa era um projeto que tramita, nunca foi aprovado, e que muda o indexador, mas nunca foi auditada! E, obviamente, o Sartori não mexeu naquilo que é estrutural, que são os bilhões, 13% do orçamento, que todo mês são repassados para o Governo Federal e que não são contestados. E agora massacram a saúde, a educação e a segurança; massacram os direitos sociais do nosso povo e os direitos dos trabalhadores. É hora de resistir, é hora de unificar a luta de todas as carreiras do profissionalismo público estadual; é hora de lutar por direitos. E podem ter certeza, os trabalhadores, que vão ter apoio das nossas bancadas na Assembleia e aqui na Câmara Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou usar o Tempo de Liderança do meu Partido para falar aqui das notícias econômicas do nosso País, que não são muito boas. Quando as notícias econômicas não são muito boas, quer dizer, que o emprego não é muito bom; quer dizer que a qualidade desse emprego não é muito boa; quer dizer que a qualidade desse salário, desse emprego, Ver. Tarciso, não é muito boa; quer dizer que o custo para manter esse emprego não é muito bom. O Brasil, neste trimestre, teve o menor PIB, somente perdendo para a Rússia – o PIB negativo do Brasil. O PIB é toda a economia deste País. Então, nós conseguimos, com os três pacotes econômicos que o Governo fez, arrochando o salário dos trabalhadores, tirando direitos dos trabalhadores e, aqui, no Rio Grande do Sul, somente com o seguro-desemprego, com o seguro-defeso, que vai entrar agora, o Governo editou, ontem, mais uma medida provisória, proibindo a pesca em todo o Brasil – pesca artesanal, a pesca das grandes embarcações, a pesca industrial –, beneficiando o seu grande doador de campanha que é o Grupo JBS-Friboi, que também atua no setor pesqueiro, trazendo peixes importados. O Governo tira o subsídio que os pescadores recebiam, que era o seguro-defeso. O Governo retirou todo esse subsídio, o seguro-desemprego, o seguro-

---

---

defeso, e isso tirou da economia do Rio Grande do Sul mais de R\$ 500 milhões, da economia do nosso Estado. Esse pacote, que o Governo lançou, os três pacotes, quem paga a conta são os trabalhadores. Quem paga a conta desses três pacotes é o povo brasileiro, porque tirou R\$ 17,3 bilhões do Ministério das Cidades. Isso são obras que nós não vamos ver acabadas e concluídas aqui na cidade de Porto Alegre. Tirou dinheiro do programa Minha Casa Minha Vida, tirou dinheiro das obras de mobilidade urbana na nossa Cidade, tirou R\$ 11,8 bilhões da saúde, tirou mais dinheiro da educação, R\$ 9,4 bilhões do projeto Pátria Educadora. O Governo vem fazendo o povo sangrar, enquanto os bancos, no primeiro trimestre, ganharam bilhões e bilhões e bilhões. E o dólar continua subindo. Hoje, o dólar abriu a R\$ 3,13; e é a moeda da economia.

E, agora, o Governo está preparando o quarto pacote, que é um pacote privatista. O Ver. Reginaldo Pujol defende muito isso, é um neoliberal assumido, mas o Governo está mais neoliberal que o Ver. Reginaldo Pujol – é mais liberal que o Ver. Reginaldo Pujol! O Governo está defendendo privatizar portos; o Governo está defendendo privatizar ferrovias; o Governo está defendendo privatizar rodovias; o Governo está defendendo privatizar e vender o que falta ser vendido no Brasil. Para os chineses! Nós fomos para as ruas nas décadas de 70 e 80 gritar “Go, go, yankees!”, “Fora daqui, ianques!”. Nós vamos ter que ir para a rua gritar, Ver.<sup>a</sup> Fernanda e Prof. Alex: “Fora daqui, chineses!” Porque os chineses estão tomando conta deste País. É o capitalismo arrasador! Os chineses querem tomar conta da nossa Petrobras. Os chineses querem tomar conta dos nossos portos, os chineses estão fazendo aportes bilionários neste País, às custas do que não se sabe, mas a nossa economia está afundando, a nossa economia está aí, a inflação galopante, e os trabalhadores novamente estão pagando essa conta. Nós não aguentamos mais pagar conta, nós não aguentamos mais ver os trabalhadores novamente sendo obrigados a pagar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...a conta de uma má gestão pública. Os trabalhadores não vão aceitar isso, e vamos seguir lutando com força, fé e solidariedade para melhorar a vida dos trabalhadores brasileiros para que não paguem a conta dos pacotes brasileiros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (16h31min) Havendo quorum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando a retirada de tramitação o PLCE nº 016/14. Em votação.(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 042/14. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Waldir Canal, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 231/14. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 034/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas. Bancada do Partido dos Trabalhadores, PSOL, também PCdoB e outros Vereadores, acho que esse não é um tema de situação e de oposição. Esse é um tema de concepção, de indivíduo e de sociedade, ou seja, é mais um dos tantos temas que uma onda conservadora, eu diria até reacionária, reacende no debate no Brasil. Eu estou aqui só para lembrar, além desse, a questão de uma mudança no Estatuto do Desarmamento. Deixe-me refrisar aqui, eu estou falando da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal. É contra essa iniciativa, que tramita no Congresso Nacional, esta Moção de Repúdio, a essa tentativa de reduzir a maioria penal. Primeiro, estou falando que faz parte de uma onda conservadora, estou citando aqui o exemplo do Estatuto do Desarmamento, que é a proposta já de alteração permitindo, pasmem, a possibilidade de propaganda de armas de fogo – é isso que tramita no Congresso Nacional.

Esses dias, abrindo aqui o *site* da Câmara dos Deputados, há uma consulta pública para definir, no Estatuto da Família, se as pessoas concordam ou não que a família seja composta por um homem, uma mulher e os filhos, ou seja, num movimento retrógrado, de não entender que a família pode ter outras configurações e não essa família formada por um homem, uma mulher e filhos. Está lá para quem quiser consultar no *site* da Câmara

---

---

dos Deputados, provavelmente é uma iniciativa do Presidente Eduardo Cunha, que tanto desserviço tem feito para o nosso País.

Estamos aqui discutindo o tema da redução da maior idade penal. Aqui, novamente, uma falácia se coloca, a falácia de que, reduzindo a maior idade penal – ou aumentando penas, é uma outra linha –, você vai acabar com a criminalidade. É sempre... Só muda o exemplo. Sempre há atitudes simplistas, propostas simplistas, para tratar de assuntos complexos, e é por isso que não dá certo. Na questão do adolescente infrator, e temos toda uma construção no Brasil, desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou-se, justamente, a proposta de que o adolescente não está cumprindo uma pena, ele está cumprindo uma medida socioeducativa. Apesar de haver restrição da liberdade, as duas questões – cumprir pena ou cumprir medida socioeducativa – são a mesma coisa, no sentido de que a liberdade está sendo tolhida. Quem acha que há alguma dúvida nisso, que visite a FASE aqui em Porto Alegre e entenderá que é a mesma coisa. E mais grave: algumas pessoas levantam a questão de que a pena – chamo de pena porque, efetivamente, é algo penoso – imputada ao adolescente, independentemente do crime, do ato infracional que ele cometeu, deve ser muito maior que a pena máxima de três anos. Quero lembrar que, na vida de um adolescente, um ano é muito mais tempo do que cinco ou dez anos na vida de um adulto. Naquele momento de vibração, de euforia, de energia, o sujeito está lá, com 16 ou 17 anos, confinado numa cela, efetivamente, ainda que haja atividades, que tratem da sua possibilidade de sair daquela vida. Vejam que é disto que nós estamos tratando: o adolescente cometeu um ato infracional, cometeu um crime, grave ou não grave, mas foi em um momento da sua vida; ele teve a sua vida atravessada por aquele ato infracional, mas é possível redirecionar a vida do adolescente, e essa é a diferença.

Outro argumento falacioso que se coloca – acredito que os outros debatedores, na sequência, trarão aqui – é dizer que o adolescente sabe perfeitamente o que está fazendo quando comete algum crime, algum ato infracional. É verdade, ele sabe perfeitamente o que está fazendo, uma pessoa com 16 ou 17 anos sabe o que está fazendo; mas vejam que é diferente a vida de uma pessoa com 16, 17 anos de idade da vida de uma pessoa com 25, 30 anos. Nós estamos falando de uma pessoa em formação. Vossas Excelências sabem que eles, cometendo algo errado, podem refazer o pensamento em um ou dois

---

meses. É diferente de quem já está com a sua formação completa, que o que comete hoje poderá cometer daqui um ano.

Sr. Presidente, é um tema complexo, e lembrem que, lá nos anos 1990, com os crimes hediondos, abriu-se uma janela para endurecer as penas, mas a criminalidade continuou. É um repúdio a essas soluções simplistas mágicas que, efetivamente, em nada resolvem as complexidades dessa natureza. Então nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e a Ver.<sup>a</sup> Titi, do PCdoB, assinamos e convidamos os Vereadores que querem se somar a esta Moção. Repito, não é um tema de situação ou oposição municipal, mas um tema do futuro e do presente da sociedade brasileira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao Ver. Marcelo Sgarbossa que a Bancada do PSOL, obviamente, também assina a Moção de Repúdio. Inclusive tínhamos feito outra moção que entrou depois, e não há nenhum sentido de não assinarmos, porque achamos que é fundamental que esta Câmara se pronuncie repudiando a PEC nº 171/93, que está sendo construída com uma série de falácias e mentiras pelos defensores e, sobretudo, pelo Eduardo Cunha, que é campeão em pelo menos uma coisa: pautar temas reacionários e conservadores no Congresso Nacional!

Não vou repetir os argumentos que o Ver. Marcelo trouxe, porque acho que há outros dois argumentos que, para nós, são importantes. O primeiro é o jogo psicológico de que não existe responsabilização penal para adolescentes que são promotores de crimes violentos. Uso o exemplo de países como a Alemanha, em que, teoricamente, seria aos 14 anos. Quero dizer que no Brasil a responsabilização é aos 12 anos de idade! O Estatuto da Criança e do Adolescente responsabiliza adolescentes que promovem delitos. Uso o exemplo da Alemanha, porque é o mesmo sistema do Brasil: são medidas socioeducativas ou privação de liberdade na FASE. Então, a respeito desse argumento que a imprensa usa de que na Alemanha é com 14 anos, quero dizer que no Brasil é com 12 anos que o adolescente já pode ser responsabilizado! Em segundo lugar: os

---



---

adolescentes são os maiores promotores dos crimes no Brasil – outra mentira! Segundo vários organismos como a Unicef, ONU, Anistia Internacional, os jovens que promovem crimes contra a vida correspondem a 0,013% dos promotores de crimes contra a vida no Brasil. Só que, em contrapartida, os jovens são as principais vítimas da violência: 53% das pessoas assassinadas no Brasil, o ano passado, são jovens. Os jovens estão sendo assassinados! E o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não é cumprido na plenitude. Então, outra mentira que está sendo veiculada pelos promotores e defensores dessa legislação.

Terceira: que a legislação do Brasil é atrasada. Setenta por cento dos países do mundo adotam os 18 anos como a idade para ter responsabilização penal. Os países que mudaram isso e, porventura, reduziram a maioridade penal, muitos estão revendo agora e aumentando, retornando aos 18 anos a idade penal. Vários estados dos Estados Unidos. Por quê? Porque a redução da maioridade penal não diminuiu a violência nesses países. Ao contrário, aumentou em países como a Espanha, a Alemanha, e em vários estados dos Estados Unidos.

Quarto e último lugar. Eu gosto de fazer o debate muito sincero. O que querem os defensores da redução da maioridade penal? A diminuição da criminalidade? Pois bem, o Brasil aumentou, nos últimos 23 anos, em 400% a população carcerária. Diminuiu a violência no Brasil? Ou aumentou a violência nos últimos 23 anos? O sistema socioeducativo apresenta taxas de reincidência. Jovens que foram condenados, cumpriram as medidas de internação e reincidiram: a taxa é de 30%. No Presídio Central, a taxa de reincidência de quem entra uma vez no sistema e retorna depois de sair é de 70%. Alguém acha que o Presídio Central ressocializa? Eu tenho certeza de que a maioria absoluta vai dizer que não. E vocês querem mandar um jovem de 16 anos para lá? Para quê? Para ser educado pelos Bala na Cara? Isso não é política de segurança pública! Isso é política de demagogia pública que não ataca os problemas na sua raiz e quer criar factoides e discursinhos prontos para tentar resolver o problema da violência sem entrar, de fato, na raiz dos problemas, que são as questões sociais.

Certamente, o nosso voto será favorável à Moção de Repúdio, e nós esperamos que esta Câmara aprove essa moção, mostrando, mais uma vez, que a Câmara de Porto Alegre está vinculada e é defensora de temas tão importantes como os direitos humanos da criança e do adolescente.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Ver. Canal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, pessoas que estão nas galerias; este tema é extremamente relevante, importante e, de imediato – não falo pela minha bancada, falo em meu nome –, trago a minha palavra de apoio a essa Moção de Repúdio, que foi proposta pelo Ver. Alberto Kopittke. Quero parabenizar o Ver. Alberto Kopittke, o Ver. Marcelo Sgarbossa, que aqui, no papel da liderança do PT, trouxe a sua fala; a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que vem na mesma esteira daquilo que nós entendemos e temos preconizado em vários lugares por onde temos passado. Inclusive, um dos pontos que eu anotei aqui foi justamente abordado pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que é a questão da ressocialização que existe dentro da proposição do sistema penitenciário – ou que inexistente. Também parabenizo o Ver. Kevin, que me sucederá aqui na fala, que tem a experiência desse tema, juntos fomos Conselheiros Tutelares aqui em Porto Alegre. O primeiro ponto a ser abordado no que diz respeito a esse tema, Ver. Prof. Alex, é que, de todos os crimes hediondos cometidos no Brasil, apenas 2% são cometidos por adolescentes ou por crianças. Apenas 2%. Obviamente que, quando um crime é cometido por um adolescente ou por uma criança, produz um alarme extraordinário. O sistema de comunicação, a mídia, muitas vezes, sensacionalista busca criminalizar aquela criança, aquele adolescente, que, por consequência de uma série de fatores, inclusive a questão social, veio a cometer tal crime.

Os dados revelam que o índice de crianças e adolescentes que cometem crimes hediondos, latrocínio – que é o roubo seguido de morte –, o próprio homicídio, enfim, ele é muito inferior. Isso dá conta de que o problema, na origem, deve ser resolvido dentro da proposição de 1990, da Lei nº 8.069, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. As medidas protetivas, as famosas MPs, e as medidas socioeducativas, as MSES, estão elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Elas são o caminho da solução e

---

estão num estatuto tão recente, tão novo como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, aliás, está comemorando, agora em junho, 25 anos. Nesse sentido, o sistema que hoje nós temos, a FASE, ainda é muito precário, ainda necessita de aprimoramento. O objetivo da internação, dos 45 dias de uma criança ou de um adolescente, especialmente, de um adolescente, ainda é um sistema que está em evolução e precisa ser aprimorado. Mas pegar um adolescente de 17 ou 16 anos e conduzi-lo ao sistema penitenciário, que, hoje, não tem estrutura para receber um adulto, é realmente nós estarmos levando a sociedade brasileira a um problema sem precedência. E vejam bem: se hoje é aliciado para o crime, porque não responde criminalmente dentro do contexto da maioridade penal, um adolescente de 17 ou 16 anos, se reduzirmos a maioridade penal para 16 anos, será aliciado para o crime um adolescente de 15, 14 ou de 13 anos. Amanhã ou depois, daqui a 20 anos, estará se estudando um projeto de lei no Congresso Nacional para reduzir a maioridade penal de 16 para 14 anos. E assim nós não teremos a solução, porque o sistema penitenciário atual não dá conta da realidade, ele não tem estrutura. Os nossos presídios são verdadeiras escolas do crime.

Portanto, este projeto da redução da maioridade penal não resolve o problema. Precisamos de penitenciárias efetivamente preparadas para receber as pessoas maiores de 18 anos. Nesse sentido, a minha fala é de apoio à Moção de Repúdio, proposta aqui pelo Ver. Alberto Kopittke, à proposta de emenda constitucional que reduz a maioridade penal. O nosso voto, o meu voto será de apoio a essa Moção de Repúdio do Ver. Alberto Kopittke. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, queria cumprimentar o Ver. Canal, que está presidindo esta Sessão, todos os Vereadores e Vereadoras; estou na mesma linha do Ver. Elizandro Sabino, que esteve anteriormente na tribuna e disse que fomos Conselheiros Tutelares desta Cidade, com muito orgulho, sem dúvida nenhuma. Nós temos uma mesma linha de raciocínio em relação à maioridade penal. Eu sou contra a redução da maioridade penal, já falei isso anteriormente nesta tribuna, mas, Ver.

---

Elizandro, acho que tem algumas questões que esse projeto de lei, em nível nacional, faz com que a gente pense a respeito. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem 25 anos, como tu falaste. A pena, por exemplo, para quem leva uma criança e um adolescente a cometer um crime é muito pequena. A pena a esse adulto que leva uma criança, um adolescente a cometer um crime, ou um ato infracional, como hoje está na lei, no mínimo, tem de dobrar. O adulto que leva a criança, o adolescente a cometer algum ato infracional precisa ser penalizado, mas não como ele é hoje, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente; no mínimo, tem que dobrar essa pena.

Essa é a discussão que precisamos fazer. Eu vejo hoje, no projeto que está lá, um retrocesso. A discussão em relação aos adolescentes que têm 16, 17 anos e cometem um crime hediondo precisa ser feita, precisamos conversar e debater um pouco mais sobre isso. Precisamos, sim, fazer um debate, não emocional, porque, quando fazemos um debate emocional em relação a isso, talvez não consigamos chegar no melhor denominador, mas precisamos fazer esta discussão, Ver.<sup>a</sup> Sofia, dos adolescentes que cometem crimes hediondos. E eu não estou dizendo que esses adolescentes têm que ir diretamente para o sistema prisional, que, hoje, não tem as mínimas condições de ressocializá-los.

Eu ouvi uma proposta do Promotor Júlio de Almeida, num programa que fizemos juntos: ele disse que era a favor de aumentar os anos sem liberdade na FASE para os adolescentes que cometerem esse tipo de ato infracional; não colocá-los no sistema prisional, mas que possamos, daqui a pouco, pensar, que, em vez de esse adolescente ir até os 21 anos na FASE, que vá até os 24 anos – somente os que, Elizandro, cometerem um ato infracional que seja considerado crime hediondo. Não estou nem dizendo que sou a favor ou que sou contra, mas que a gente precisa fazer uma discussão aprofundada sobre isso, porque, hoje, o nosso adolescente de 16 anos tem o direito de escolher, de votar na gente, ele tem vários direitos, mas não sou a favor de que esse adolescente possa, de alguma forma, ir para o sistema prisional que temos hoje. Sou a favor de uma discussão mais profunda, sem emoção, Ver. Alberto, com muita lógica, até porque sou muito favorável – talvez, o Alberto, que discute muito esta matéria seja contra esta minha posição – a que esta modificação seja feita na legislação penal, no Código Penal - hoje as penas para as pessoas adultas que cometem algum tipo de crime hediondo têm diversas formas de progressão. Acho que aí, talvez, tenha que haver uma penalização um pouco

---

mais dura - para que essas pessoas possam cumprir a pena para a qual são condenadas. Talvez, aí, o nosso sistema prisional não esteja tão cheio como ele é hoje. Então, são estas as colocações que eu gostaria de fazer e o meu voto, hoje, é individual em relação a esta Moção; não será um voto da nossa Bancada que, normalmente, vota completamente unida. Mas hoje decidimos liberar os Vereadores da Bancada para que votem de acordo com o que cada um pensa. Isso é muito importante na democracia interna do Partido Progressista.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15, como autor.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, quero, antes de mais nada parabenizar esta Casa novamente pela necessidade do debate e por abrir mais este espaço para o debate, que é a função desta Casa e que tão bem cumpre ao longo da sua história, principalmente sobre os direitos fundamentais da nossa sociedade, da estrutura jurídica da sociedade brasileira e, obviamente, de todos os cidadãos de Porto Alegre. Este é um assunto que diz respeito à vida de todos nós e que tem sido colocado reiteradamente de forma - como muito bem trouxe o Ver. Kevin – apaixonada, aproveitando a sensação de medo da população – que é real – para um discurso, que hoje se chama de populismo penal, e que muitos veículos de comunicação usam para aumentar a tiragem dos seus jornais, para dar ibope nos seus programas da tarde - programas sensacionalistas -, e que se beneficiam, inclusive do aumento da violência. O que precisamos é fazer uma discussão - concordo plenamente com o Ver. Kevin e com o Ver. Sabino - suprapartidária, e gostaria de citar, por exemplo, a fala do nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse que não podemos, por causa da violência, nos envolver pela insensatez e buscar bodes expiatórios; seria esse o caminho mais fácil, daria uma sensação de que a sociedade estaria sendo dura, quando, na verdade, seria um simples escapismo. E assim tenho as frases e opiniões do ex-candidato à presidência da República, Eduardo Campos, falecido durante a campanha, também criticando duramente a redução da maioria; da candidata à presidência Marina Silva também assim se posicionando; da CNBB; da OAB; da Associação de Magistrados do Brasil. Então, este

---

pág. 27

---

realmente é um tema muito mais amplo que qualquer sigla partidária pela seriedade a que diz respeito. No dia seguinte, se aprovada essa emenda à Constituição Brasileira, 35 mil jovens, no mínimo, passarão no dia seguinte para os estabelecimentos prisionais brasileiros. Os nossos sistemas prisionais, que todos conhecemos, representam uma triste lembrança medieval do que há de mais bárbaro hoje, como ocorre há poucos quilômetros de nós, no presídio central. E dos 35 mil jovens, pelo menos mil deles, em Porto Alegre, que hoje estão na FASE, iriam diretamente ser recebidos, “de braços abertos”, pelo crime organizado, que manda nas unidades prisionais, o que efetivamente é diferente do que ocorre nas nossas instituições da FASE no Brasil afora, que também têm problemas, mas têm evoluído, independente de partido. Cito aqui o Secretário Schiller, do governo Yeda, que fez um bom trabalho na nossa FASE; depois, o Governo Tarso; e agora sei que tem a atenção do Governo Sartori, e é um tema acima de questões partidárias. O que estamos falando aqui é se vamos entregar, ainda mais cedo, não os jovens de 16 a 18 anos, mas os jovens de 16 anos para baixo, para serem arma do crime organizado no Brasil. Enquanto nas unidades da FASE do Brasil nós temos um índice de 20% de reincidência; nos presídios, a taxa, segundo o Conselho Nacional de Justiça, é de 75% - são desses dois modelos que estamos falando. É claro que as leis têm que se adaptar, assim como o sistema de proteção – aliás, o Brasil não está seguindo apenas um preceito constitucional, está seguindo um acordo internacional celebrado por 180 países em torno da questão da idade penal. O sistema de proteção da criança e do adolescente também não pode servir para ser um sistema de isenção de responsabilidade, mas para isso temos que fortalecer o sistema de proteção à criança e ao adolescente. Eu gostaria que os nossos Deputados Federais e Senadores estivessem debruçados para garantir mais recursos para a criança e o adolescente, mais recursos para os conselhos tutelares, mais recurso para todos os órgãos que cuidam das crianças no Brasil, sistema de saúde que cumpre um grande papel nisso, ao invés da discussão simplista de jogar esses jovens para o sistema prisional, o que tem gravíssimas consequências; em 2006 nós fizemos uma alteração na lei de drogas, sem o devido debate, o que ocasionou em aumentar quatro vezes a população prisional no Brasil desde 2006 em relação às drogas e a entrada das mulheres também nesse triste mercado porque as consequências de mexer nas leis penais são gigantescas, e nós, efetivamente, não podemos fazer isso de forma passional e oportunista, mas construindo e efetivando os direitos que estão no

---

---

nosso pacto constitucional de 88. É deste pacto que não podemos abrir mão; de construir uma sociedade fundada em direitos e não no sistema prisional, como alguns discursos no mundo tentam construir contra direitos trabalhistas, contra qualquer tipo de efetivação de direitos, aumentando apenas o direito penal máximo, enquanto que, na verdade, o direito penal tem de ser sempre a última *ratio* usada pela sociedade, inclusive para que ele não perca o seu efeito, como tem perdido ano após ano na nossa sociedade. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** A Ver.<sup>a</sup> Titi Alvares está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**A SRA. TITI ALVARES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queria parabenizar a iniciativa do Ver. Alberto Kopittke em apresentar uma Moção de Repúdio à PEC 171, que tramita em regime de urgência urgentíssima no Congresso Nacional. Aqui no Estado do Rio Grande do Sul, bem como por todo o País, diversas entidades que o Ver. Alberto, inclusive, mencionou, como OAB, CNBB, entidades estudantis, diversas lideranças de toda a sociedade civil se organizam em repúdio à PEC – que tem um número bem particular – nº 171. Esse debate em torno da violência, em torno da redução da maioria penal tem trazido não apenas mentiras em torno das causas da violência, mas um verdadeiro sensacionalismo em torno disso. Primeiro, porque é uma grande inverdade dizer que os causadores da violência são os adolescentes, os jovens entre 16 e 18 anos, quando, na verdade, como bem colocou aqui a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, os jovens, principalmente os adolescentes, são as principais vítimas da violência no nosso País, são eles os que mais morrem vítimas de violência cometida por adulto. Não existe nenhum tipo de base que leve à constatação de que reduzir a maioria penal é reduzir a violência.

Em segundo lugar, se é verdade que o sistema prisional é uma verdadeira escola para o crime no Brasil, não faz nenhum sentido querer colocar jovens, adolescentes nas cadeias brasileiras. Todo mundo sabe que a taxa de reincidência dos presos é muito grande, cerca de 70% dos presos do sistema carcerário voltam a cometer crimes, enquanto que reincidência no sistema socioeducativo não chega a 30%.



---

Depois, eu usaria ainda outro argumento: mais da metade dos jovens que cometeram crimes – entre 15 e 17 anos – abandonaram as escolas até os 14 anos de idade, isso demonstra que, na verdade, esses jovens precisam é de mais escola e de menos cadeia. A maioria dos países do mundo – como levantou o Ver. Alberto Kopittke –, cerca de 70%, adotam a maioridade aos 18 anos, e isso que muitos deles são países que têm um sistema carcerário mais avançado do que o nosso, no Brasil. A gente poderia falar de casos como o da Alemanha, que recentemente aumentou, novamente, a maioridade penal, justamente porque colocar jovens na cadeia não resolvia, sendo que a Alemanha tem um sistema prisional infinitamente mais avançado do que o nosso.

Então, gente, nós não podemos focar a punição, como é o que enfoca a PEC nº 171 que tramita no Congresso Nacional. Ao contrário, se a gente quer que os jovens no Brasil não cometam crimes, o que temos que fazer é dar a eles mais oportunidade, dar a eles mais ação do Estado, dar a eles mais políticas públicas que possam evitar que o caminho que acaba, às vezes, sendo escolhido por uma pequena parte desses jovens, seja o caminho e o mundo do crime e da criminalidade. Quando lançamos o Comitê Gaúcho Contra a Redução da Maioridade Penal - e lá tem um manifesto que vocês podem conhecer, através da página no Facebook, convido a todos os Vereadores a se somarem a esse Comitê -, tinha uma frase do Betinho que dizia o seguinte: “Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado”. Então, quero parabenizar a Câmara de Vereadores por essa Moção de Repúdio à redução da maioridade penal. E dizer que esse e outros temas que são tirados da cartola, agora, pelo Presidente Eduardo Cunha, que quer retrocesso e conservadorismo para o nosso País, não passarão.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quebra uma sequência monocródica de manifestações contrárias à Emenda Constitucional que reduz a maioridade penal. Acho, Sr. Presidente, que um fato deve ser destacado, porque estamos falando aqui em repúdio e esse assunto está há dez anos sendo discutido no

---

Congresso Nacional. Repudiar a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados de levar à votação essa matéria, acompanhando uma decisão da Comissão Especial constituída nesse sentido, que entendeu que caberia ao plenário dirimir as dúvidas a respeito da mesma é, no mínimo, ignorar os fatos e promover uma injustiça. Aliás, o Presidente da Câmara dos Deputados tem se caracterizado por colocar as matérias em votação na Câmara como deve ser, e como deveria ser há mais tempo, impedindo que esses assuntos ficassem se arrastando por 10 anos, tivessem inúmeras propostas sobre o assunto, nenhuma das quais conseguiu até o presente momento formar consenso, razão pela qual, Ver.<sup>a</sup> Mônica, o assunto será encaminhado ao Plenário da Casa, que na sua soberania irá decidir sobre a matéria. De qualquer sorte, quero impugnar essas manifestações uníssonas contrárias à Emenda Constitucional, porque essa Emenda está em consonância com a maioria da população brasileira, que, consultada, em número de 84% se manifestou favorável à redução da maioria penal. E todos aqueles parlamentares comprometidos com essa ideia e que se submeteram às urnas, no último pleito, tiveram ampla repercussão favorável às suas posições, entre os quais o Deputado Onyx Lorenzoni do Rio Grande do Sul e o Deputado Moroni Torgan, gaúcho radicado há vários anos no Ceará e que foi o parlamentar mais votado daquele Estado.

Lógico, Sr. Presidente, que uma matéria polêmica como essa permite argumentos de toda parte. Mas querer colocar na base do debate uma posição superada de que nós estamos tratando da criança brasileira, quando nós estamos tratando, Ver. Elizandro, de pessoas entre 16 e 18 anos que votam, que escolhem Presidente da República, que escolhem Governador do Estado, que escolhem Deputados, Senadores, Vereadores e Prefeitos. Não são inocentes. São, às vezes, inocentes úteis, colocados a serviço do tráfico, colocados a serviço da criminalidade, colocados a serviço da impunidade gerada pela circunstância de que hoje são inimputáveis e, por isso mesmo, são explorados e utilizados por traficantes, facínoras, criminosos de toda ordem para utilização das suas finalidades.

Então, Sr. Presidente, a Nação brasileira entende que é um gesto até de desespero diante da confusa situação que o País vive nesse sentido. Eu fico até perplexo, Ver.<sup>a</sup> Mônica, quando vejo Vereadores do Partido dos Trabalhadores, que não assinaram a Constituição de 1988, virem aqui dizer: “Temos que respeitar a Constituição.” Trata-se de uma cláusula pétrea, o que já foi demonstrado amplamente em contrário que é uma matéria infraconstitucional, e que a emenda constitucional está dentro da prerrogativa e

---

da competência do Congresso Nacional. Por isso, Sr. Presidente, eu quero, provavelmente, ser uma voz isolada ou com pouca solidariedade nesta Casa, deixar clara a nossa posição. Poucos procuraram ler o projeto da emenda que hoje existe, o próprio Ver. Kevin Krieger, que se manifesta parcialmente favorável, sabe que existe o projeto do Deputado, que está em tramitação, exatamente, nessa linha... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Repudiar o quê? Repudiar que o Congresso Brasileiro, a Câmara dos Deputados vá decidir uma matéria dez anos depois é negar a capacidade do legislador brasileiro! É negar a possibilidade da decisão democrática; é transformar nula a nossa Câmara! Quem quer inação, quem quer que as Câmaras continuem fazendo leis de faz-de-conta, não enfrentando as grandes polêmicas nacionais, vote no repúdio. Eu vou votar pelo direito, pelo dever dos parlamentares brasileiros de votar nesse assunto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; aqueles que nos assistem através da TV Câmara; vou abordar a Moção em questão, mas antes eu quero fazer uma denúncia de um documento que recebi há poucos instantes. Quero saber o motivo que levou o Professor Dr. José Fernandes Schlosser, Pró-Reitor da Universidade Federal de Santa Maria a emitir esse documento (Lê.): “Aos: Programas de Pós-Graduação da UFSM; Assunto: levantamento de informações. Vimos solicitar a V. Sa. o envio urgente de informações sobre a presença ou perspectiva de discentes e/ou docentes israelenses nesse Programa de Pós-Graduação, podendo se informado por e-mail. Esta demanda atende solicitação de requerimento de representantes da SEDUFS, DCE e Comitê Santamariense de solidariedade ao povo palestino. Atenciosamente, Professores. Dr. José Fernando Schlosser, Pró-Reitor Substituto”. Eu quero explicações sobre este documento. Isso é um crime muito grave.

---

Quero cumprimentar o Ver. Kopittke por trazer esse tema à discussão aqui. Penso que ele é muito importante, mas vou votar contra esta Moção de Repúdio, porque penso, e por isso estou cumprimentando o Ver. Kopittke, que o tema é extremamente importante. Nós precisamos fazer esse debate para encontrar a fórmula para se resolver esse aumento de criminalidade que assola, que nós estamos vivendo cada vez mais, não tem dia, nem hora, nem bairro! Jovens, cada vez mais jovens, estão sendo usados para crimes graves. Então, não é o caso de repúdio. Eu penso que vale o debate e poderia aqui citar as várias razões que me fizeram chegar a essa conclusão; e, olhem, confesso aos senhores e às senhoras que não foi algo que decidi de uma hora para outra. Eu li, eu debati, eu pesquisei, eu procurei, mas o nosso Código Penal tem mais de 70 anos. Na época desse Código Penal, uma pessoa de 60 anos era um idoso; hoje, uma pessoa de 60 anos é um jovem senhor. Ora, os nossos jovens, se eles têm condições de escolher seus representantes, eles também têm o discernimento para entender que estão cometendo um crime ao tirar a vida de pessoas.

Então, eu penso que vale, sim, o debate, ele é extremamente salutar, e eu tenho vários motivos que poderia enumerar. E não me convence esta questão carcerária que muitos apontam. Isso é a falência do Estado! Não podemos deixar de forma alguma de responsabilizar um jovem que cometeu um crime porque não podemos mandar para o sistema carcerário falido. Então, fica solto, continua matando!

Ora, vejam, os senhores, um pequeno caso que vou mostrar como exemplo. Dois adolescentes, depois de tirar a vida de uma pessoa idosa, amarraram 45 quilos de pedra no pescoço dessa vítima idosa com o objetivo de esconderem o corpo no fundo do poço. Pena? Medida socioeducativa de internação!

Ora, senhores, venham me dizer que dois adolescentes de dezesseis anos não sabiam que estavam tirando a vida de uma pessoa idosa, sem condições de se defender, que destruíram uma família e que, depois, colocaram 45 quilos de pedra para ir para o fundo do poço! Não me convence, sinto muito. Nós precisamos repensar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir sobre os presídios, é outro problema que temos que resolver, mas a minha consciência não permite, de forma alguma, proteger um assassino por uma questão de idade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Kopittke, desta feita não vou votar com V. Exa. e gostaria de salientar que tenho, muitas vezes, votado projetos aqui, porque, mesmo às vezes não concordando com detalhes, nós precisamos ter parcerias para construir e defender bandeiras dos nossos colegas. Nós precisamos ter, minimamente, uma certa unidade aqui, sob pena de ficarmos diariamente debatendo e não dando condições de os colegas atenderem às expectativas de seus eleitores.

Eu quero me somar a uma outra linha. Eu não tenho dúvidas também, acompanho os meios de comunicação, que estão mostrando essas barbaridades das nossas cadeias. Discordo também que um preso deva cumprir sua pena enjaulado eternamente ou por longo tempo; sou muito mais daqueles que defendem o trabalho forçado até, sou dessa linha. Infelizmente, muitos não gostam, mas este é o momento de assumirmos algumas características nossas, próprias de cada um. Eu defendo os colegas, eu vejo que temos, nesta Casa, uns dois, ou três que foram conselheiros tutelares – Ver. Sabino, Kevin Krieger – e, enfim, todos têm os seus motivos. Sinceramente acho que não é por que os órgãos governamentais não constroem ou não têm as cadeias, as estruturas penais descentes que vamos ficar justificando que não haja uma penalização, ou que esses jovens de 16 anos, muitos são homens feitos, tenham uma pena diferenciada, um tratamento diferenciado. Também acho que não devemos juntar lá um criminoso com um estelionatário, porque aí o sujeito sai de lá com pós-graduação, com doutorado. Isso também é errado. A maioria desses presos, depois que saem de lá, estão com pós-graduação e doutorado no crime. Poucos têm condições de uma vida aqui fora para que possam seguir trabalhando dentro daquilo que o nosso ordenamento jurídico, minimamente, estabelece. E, também, não concordo com aquilo que está posto. Agora, a tese de que o sujeito pode votar com 16 anos, e, se for emancipado, poderá dirigir com 16 anos. E aí ele tem que ter uma diferenciação numa avaliação por um crime que tenha cometido? É complicado isso.

---

Eu tenho o maior respeito pelos colegas que pensam diferente, mas vou me somar à corrente que entende que nós precisamos reduzir, sim, a maioria penal. Eu me somo à corrente de que precisamos reduzir a maioria penal, mas esperamos que os governos criem estruturas melhores para aqueles que, infelizmente, são condenados e devem cumprir as suas penas. Acho, também, que as pessoas precisam ter uma oportunidade de fazer uma reflexão de entrar no caminho certo, precisam ter essa oportunidade, mas nós estamos vendo que o que está posto, hoje, não está funcionando. A grande incidência de pessoas que estão assaltando é desses que estão cumprindo pena, que estão em liberdade condicional. Precisamos fazer alguma coisa maior. Eu me somo a essa corrente de que nós não podemos ir nessa linha de não permitir a redução. (Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Engº Comassetto:** Ver. Bernardino Vendruscolo, acho que há um equívoco. Legalmente, não se pode dirigir com 16 anos. A Carteira de Motorista é com 18 anos.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** Quando o jovem recebe a maioria, ele está liberado, só nesse sentido. Não é polemizar, mas você atinge a maioria pela idade e pela emancipação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Feito o registro. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, referente à moção direcionada a esta Casa pelo Ver. Alberto Kopittke, que requer Moção de Repúdio à Proposta de Emenda Constitucional nº 171/93, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioria penal. Eu sou Delegado há 24 anos, e muito botei gente nas cadeias do Rio Grande do Sul. Confesso aos senhores que, dessas centenas de presos, eu tenho dois casos que foram os mais pesados durante essa minha carreira como Delegado: um homicídio, ocorrido aqui na cidade de Viamão, em que dois menores de 14 e 15 anos mataram um menor de 14 anos; e outro caso, na cidade de Encruzilhada, em que o menor matou a madrasta e, no meio do cumprimento da pena – cumpria pena na Brigada Militar –, matou o cunhado. Como agente policial, como

---

delegado de polícia, seria até mais fácil eu vir aqui e ponderar com os 80% ou 90% da população brasileira que atende a mídia e que quer a diminuição da maioridade. Acho até que seria mais fácil, na visão dos eleitores, se me vissem aqui defendendo armas para todo mundo e diminuindo a maioridade.

Quero dizer, senhores, que sou contra, por essa vivência, inclusive, durante 24 anos como delegado de polícia. Mesmo vendo crimes bárbaros, que me deixaram marcado, eu acho que essa é uma visão muito simplista, senhores. Hoje, nós diminuimos para 16 anos; amanhã, quiçá, para 14 ou 15 anos; e, de repente, a criança vai dar um pontapé na barriga da mãe, Ver. Dr. Thiago, Ver. Casartelli, e já vai nascer presa. Eu acho que facilitaria para alguns, que são simplistas na forma de pensar, que acham que isso diminuiria a violência; mas não diminui, senhores.

Agora, estávamos conversando eu e o Ver. Cláudio Janta, que, posteriormente, vai externar aqui o seu posicionamento, sobre os crimes bárbaros que vemos na mídia, como o caso do médico, no Rio de Janeiro, que foi morto a facadas. Mas, Ver. Cláudio Janta, nessa imensidão da criminalidade, apenas 1% dos crimes são praticados por menores, diferentemente do que vemos na mídia.

Nós estamos tendo dificuldade, senhores, em colocar na prisão os infratores. Há pouco tempo, tivemos uma operação abortada pela polícia civil que não pôde ser feita porque não tinha espaço no presídio. Um presídio que foi construído para “x” pessoas e hoje tem dez vezes mais, e com uma diminuição, inclusive, quando o Governo do PT derrubou duas galerias. A intenção era boa, mas o momento era errado. Sabemos que os nossos presídios não recuperam ninguém... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...os nossos presídios são a universidade do crime. Para refletir: queremos aumento de presídios para botar menor ou o contrário, construção de escolas para fazer cidadãos? É isso que os simplistas e os imediatistas têm que pensar, temos que investir em educação, na formação de cidadão e não na formação de delinquentes. É isso que essa PEC nº 171 está tentando: formar mais delinquentes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15, pela oposição.



**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, acho que o Delegado Cleiton fala com grande propriedade e com uma sensibilidade que considero muito importante neste momento. Falar a Ver.<sup>a</sup> Sofia, que é da área da Educação, vão achar que é suspeita, porque trabalha com adolescente, com inclusão. Que bom que um delegado traz aqui uma opinião muito concreta em cima de dados. Quando o Delegado Cleiton fala que jogar no sistema prisional – e o elogio por isso - é formar os delinquentes, é renunciar à possibilidade dessa fase de transição, porque estamos atingindo o que é considerado legalmente o período da adolescência, de 12 a 18 anos incompletos. Jogar nesse período de formação do ser humano para dentro do sistema prisional onde 70% dos ingressos acabam sendo reincidentes no crime. E é um sistema falimentar. E nós temos que investir na mudança desse sistema, não podemos, simplesmente, nos resignar ao sistema produtor e reprodutor de violência; que dirá aumentar a população carcerária. Mas eu queria trabalhar num aspecto, porque vários Vereadores aqui trouxeram aspectos, e eu quero trabalhar num que é objetivo, e que o Ver. Delegado Cleiton começou a falar. Que o número é muito pequeno, considerando todos os infratores, do crime neste País. Então, nos dados de 2011, temos 90 mil ocorrências de adolescentes; desses, 30 mil cumprem medidas socioeducativas. Ora, medidas socioeducativas não são para crimes hediondos. São 30 mil dentro de todas as medidas socioeducativas. Ou seja, o sistema socioeducativo que tem várias graduações, como o serviço à comunidade, porque é um delito leve; tem a privação com acompanhamento; tem a privação de liberdade num período curto, vai chegar até nove anos. Então, em todas as graduações de delitos, nós temos 30 mil adolescentes envolvidos – em todas as graduações. Portanto, crimes hediondos - eu não tenho aqui separado - é um número muito menor. E isso significa 0,5% da população jovem do Brasil que conta com 21 milhões de meninos e meninas entre 12 até 18 anos incompletos.

Vejam, senhoras e senhores, 30 mil no sistema socioeducativo, de 21 milhões dentro do sistema. Portanto, é considerado, nas estatísticas, um número muito pequeno, apesar de significativo, apesar de nos dizer tudo que aqui foi dito, que nós temos ainda muito a oferecer aos nossos adolescentes, em termos de educação, de cultura, de esporte, de trabalho do Jovem Aprendiz, que é uma beleza de programa. Nós homenageamos aqui o Murialdo, nos cem anos do Murialdo no Brasil, 100 anos de existência, e eles trabalham

---

com o Jovem Aprendiz em larga escala, que é um programa maravilhoso, exatamente para essa faixa etária. Nós temos muito que fazer e podemos encaminhar a vida desses adolescentes, porque, considerando 21 milhões, esse percentual é pequeníssimo. Então, não se muda uma lei pela exceção! Eu queria trabalhar essas duas dimensões: primeiro, o sistema carcerário é falimentar, nós precisamos ampliar para reduzir, para poder oferecer trabalho, ressocialização e baixar esses índices de reincidências, que são imensos; de outro lado, nós temos como enfrentar uma situação de um percentual muito pequeno com políticas públicas claras, incisivas, importantes e que dialogam com as necessidades da nossa juventude. Vitimizar a vítima não é a melhor política para a nossa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem. Ouvi todos os discursos, cada um com a sua verdade. A minha verdade, às vezes, não é a verdade de A ou de B. Eu trabalhei na FASE, na Av. Icaraí, com esses guris de 15, 16, 17 anos, com esporte, eu e mais oito ex-atletas. Trabalhamos muito com o esporte, e eu tive a oportunidade de conversar com esses jovens, porque cada jovem tem um motivo para estar lá dentro. Muitas vezes não são por aqueles discursos que ouvimos: de que são assassinos, de que é isto ou aquilo. Eu estava conversando com a Bancada do PTB – Casartelli, Cassio, Sabino e Paulo – e com o Ver. Paulinho Motorista, é muito difícil para mim, porque, em relação àquilo que eu estou votando, eu posso achar que é o melhor, mas, às vezes, não é. Eu trabalhei com o pai do Ver. Dr. Thiago, o Sr. Duarte, fiquei um ano na FASE. Além de fazer esse trabalho com o esporte, eu procurei conversar com cada um daqueles guris para ver por que eles estavam ali. Vocês não imaginam a falta de educação, a falta de esporte, a falta de sonhos... Eu conversava com um guri, rapidamente, lá dentro, que tinha levado um tiro. Eu perguntei: “Por quê?”. Ele me disse que foi assaltar e levou um tiro. Por que, Janta? Ele foi aos postos de saúde procurar remédio para mãe, que tinha câncer, e ele não conseguia. E aí aquele amigo maravilhoso sugeriu: “Vamos ali, apertamos um, pegamos o

---

---

dinheiro e compramos o remédio”. E aconteceu o que aconteceu. Esse guri, de 16 anos, é assassino?

Nós vemos a corrupção lá em cima na FIFA e vem descendo, e, quando chega aqui embaixo, nós não temos verba para esses guris, para esses jovens praticarem esporte, terem um sonho, terem um colégio digno. Eu tenho visto as merendas no Norte e Nordeste do País: farinha com água, enquanto o Governo manda dinheiro, e essa merenda não chega.

Então, são muitas coisas, gente. A minha verdade, às vezes, não é a verdade do Ver. Paulinho, ela não é a verdade do Ver. Casartelli. Então, eu tenho uma dificuldade muito grande, Ver. Kopittke, por ter trabalhado lá dentro, por ter convivido e conversado com cada um. Cada um tem uma verdade de por que estão ali. E assim nós, também, aqui fora. Às vezes, tem aquele pai que perdeu um ente querido para um guri de 15 anos. E, aí, gente? Eu acho que o nosso Líder Ver. Kevin está certíssimo, tem de haver um debate – a sociedade junto com os políticos –, nós temos de conversar muito sobre isso aí. A primeira coisa em que acredito é que nós temos de dar, lá embaixo, na base, sonho para essas crianças, educação e esporte para essas crianças. Aí, sim, poderemos vir aqui e discutir a verdade mesmo, porque, do jeito que está, é impossível condenarmos sem dar aquilo que principalmente as crianças carentes precisam, que é o sonho, e o sonho está numa boa educação, num bom esporte. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Colegas Vereadores, Sr. Presidente, este é um tema que vem dividindo opiniões na sociedade, e eu acredito que não é a imprensa que vai nos pautar, mas, sim, o dia a dia; sim, o que a gente escuta e vê nas ruas da nossa Cidade.

Eu quero iniciar aqui falando da Constituição. A Constituição Federal diz que todos nós somos iguais perante a lei, e eu acho que um crime hediondo é igual para todos: seja para um jovem de 14, 16 anos, seja para um idoso de 70,80 anos, seja para um portador de deficiência, um deficiente, seja para um obeso, é um crime, é um ato falho, seja ele estupro, tráfico de drogas ou assassinato – é um ato falho na vida da pessoa. Agora,

---

também acho que fazermos um depósito de pessoas não vai resolver em nada a vida das pessoas, senão, da Av. Rocio, nº 1.000, Presídio Central de Porto Alegre, anualmente, quando abrissemos os seus portões, após as pessoas cumprirem suas penas, sairia uma fábrica de anjos. Acho que temos que rever o nosso sistema carcerário como um todo. Acho que pegar um jovem desses e largar dentro dum presídio simplesmente para ele cumprir uma pena de 10, 15, 20 anos... Que nem agora: fizeram um circo para levar o narcotraficante Fernandinho Beiramar para um julgamento no Rio de Janeiro – helicóptero, avião –, para ele ser condenado a 300 anos de cadeia, sendo que, no máximo, ele vai cumprir 30 anos. É uma palhaçada isso! É um gasto absurdo de dinheiro público, e o máximo que o cara vai ficar preso é 30 anos.

Eu acho que o sistema prisional brasileiro tem que ser revisto, e a forma como as pessoas cumprem a pena tem que ser revista. Eu acho que, se as pessoas tivessem certeza de que vão cumprir a pena, de que vão ser reeducadas, de que vai ter um investimento em educação, de que esses jovens vão ter uma chance...

Eu nasci numa das vilas mais pobres e violentas de Porto Alegre, que era o Morro da Cruz, onde, na época, o narcotráfico mandava, com o Anão, o Carioca. Eu nasci naquela vila, naquele morro, que não tinha asfalto. A Brigada Militar e o Exército viviam invadindo aquele morro. Vários amigos meus de infância hoje estão na Oscar Pereira, hoje estão na Rócio, 1.000. E vários sobreviveram. Um até virou Vereador – um, não; dois! O Ver. Mauro Pinheiro nasceu naquela região também, dois viraram Vereadores de Porto Alegre. Mas somos exceções à regra. Acredito que, se nós tivermos um investimento maciço em educação, em esporte, em cultura, se tivermos investimento para que as pessoas cumpram a pena com prestação de serviços à sociedade, e não aprendendo coisas piores enquanto presas, as ações serão bem mais pensadas. Quem leva os jovens para o crime são os narcotraficantes, porque hoje a nossa Cidade está virando uma Bogotá, o nosso Estado está virando uma Colômbia, onde matam à luz do dia, nos ônibus, nos bancos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...nas esquinas das grandes avenidas, são esses que teriam que ter as suas penas dobradas, porque usam as crianças e os jovens para acobertar os seus grandes crimes.

Acho que esse é um assunto muito polêmico, mas estabelecer a menoridade como escudo para se proteger da lei, se proteger de um crime, isso nós não podemos admitir.

---

Crime é crime mediante a Constituição, e o que cabe a nós é exigir que a lei seja igual para todos, como está na Constituição Federal, e, em crimes hediondos, não cabe a nós fazer a proteção... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 034/15.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, este assunto da maioria ou minoria penal, pelos pronunciamentos que se ouviram aqui, dá para ficar uma semana falando sobre isso, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Ontem à noite, fui para casa cedo e fiquei assistindo, pela TV Senado, o pronunciamento do Senador Magno Malta, que não é do meu partido, nem sei de qual partido... é do partido do Canal, me parece. Ele falou durante muito tempo, e eu peguei algumas colocações dele que eu vou repetir aqui, vou plagiar. Ele disse que não precisa baixar a maioria penal para 16 ou para 14 ou para 12 anos; faça-se como quase todo mundo diz aqui que 80% dos países têm 18 anos como maioria penal, é verdade. Mas, nesses mesmos países que mantêm a maioria aos 18 anos, quando um menor pratica um crime hediondo, ele perde a maioria, ele é julgado. E é verdade o que esse Senador disse: se um menor roubar um celular para seu uso ou para comprar um tênis, ele vai para a cadeia junto com os caras que dão facada. E essa conversa que eles não sabem é conversa mole; eles sabem, sim, o que estão fazendo! Eles ficam devendo para o patrão do morro ou para o patrão da vila ou sei lá mais quem e, para pagar isso, eles fazem qualquer negócio: matam, assaltam, tiram a vida de pessoas que estão trabalhando, batem, fazem o que querem. Aí, coitadinho, vai para a FASE, a antiga FEBEM; lá em São Paulo, vai para a Fundação Casa, não importa o nome que se dê. O Ver. Bernardino disse muito bem: esse que roubou o celular vai se juntar àquele que é bandido... Porque quem mata, assalta uma, duas, três vezes é bandido, seja quantos anos tiver! Nós temos essa mania de apreender; não, tem que prender! Não é apreender! Que negócio é esse de apreender um bandido? Não importa quantos anos ele tenha, tem que prender, sim, para evitar que ele pratique outro crime.

---

Gostei muito da fala do Magno Malta, porque ele tem essa visão: cometeu crime hediondo, não precisa mexer em nada na maioria penal; cometeu crime hediondo perde a maioria e vai responder. Vai responder sim. Por que tem que ficar solto? Eu estou começando a ficar preocupado porque vejo essa defesa de muitos técnicos. Vi o presidente da FASE ontem enlouquecido na defesa. Sim, ele é presidente da FASE, se não fizer isso ele perde o emprego. Quantas pessoas vivem em função disso? Muitas pessoas. Muitas pessoas vivem em função de direitos humanos, bem estar não sei do quê, do ECA, 500 nomes que nós damos. Temos que simplificar essas coisas e tem de separar pessoa de bem e bandido. Bandido eu não quero que fique nessas prisões podres que têm aí, não. Tem que dar condições, construir uma prisão. Mas não tem nada que deixar na rua. Não tem que ficar na rua. Não é aprender. É prender. Nós estamos fazendo um monte de semântica para disfarçar uma epidemia, uma coisa triste que acontece no Brasil. E isso começou a acontecer ideologicamente. Não adianta ficar dizendo que não é oposição, é situação. Isso é, sim. Depois que o PT assumiu no Brasil a professora deixou de ser professora e virou “prof”, ou “tia”. A Brigada Militar já está mais ou menos, o “merecimento” é diferente; a Escola Tiradentes que era boa não foi mais da Brigada, tiraram, agora voltou, quer dizer, as coisas não aconteceram no Brasil por acaso. A ideologia que se instalou no Brasil foi a mesma que criou tantas ONGs, tantas OCIPs, tantos desvios, tantos roubos para se manter no poder. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 034/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)  
**APROVADO** por 12 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 7 **ABSTENÇÕES**.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Professor Garcia:** (Lê.) “Tenho por norma não votar Moção de Repúdio, mas fico satisfeito pela posição da Casa de ser contra à maioria penal.”

**O Sr. Dr. Thiago (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada da Indicação nº 004/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, quero agradecer a sensibilidade do encaminhamento. Como esse pedido de Indicação está muito relacionado ao tema que acabamos de discutir - criminalidade e a violência - e em outra Sessão, Ver. Bernardino, V. Exa. me alertou para isso -, foi suscitada alguma dúvida com relação a um pedido de Indicação nossa ao Governo Estadual no sentido de que possa ampliar, aumentar, qualificar o policiamento ostensivo do 21º Regimento, principalmente nos Bairros Lami e Lageado. Ocorre que temos a informação de que o 21º Batalhão, composto de duas companhias, Ver. Bernardino, será fundido. Certamente é um dos batalhões que tem a maior área de amplitude pela Brigada Militar na cidade de Porto Alegre. É muito importante que os Vereadores acompanhem isso, pois vai bater - Ver. Delegado Cleiton, isso é na sua área - às portas desta Casa. Então, provavelmente, a partir de 15 de junho, irão se fundir as duas companhias: uma que atende a Restinga e outra que atende Belém Novo, Lami e Lageado. Qual é o problema disso? Com a fusão, a sede do Batalhão muito provavelmente será levada para a Restinga. E nós teríamos uma grande dificuldade de policiamento no Lami, no Lageado e em Belém Novo. Por isso, a preocupação deste Vereador. Foi colocado aqui que é importante que se tenha uma polícia ostensiva – no outro projeto -, que se possa prender, que se possa evitar que o indivíduo pratique o crime, Ver. Delegado Cleiton. E tudo isso é função da nossa briosa Brigada Militar. É preciso que se prenda o indivíduo antes que ele cometa um crime hediondo, Ver. Delegado Cleiton. E isso tudo é atribuição da nossa gloriosa Brigada Militar. Sem dúvida nenhuma, a fusão de dois batalhões dentro do 21º Batalhão de Polícia Militar não virá, Ver. Prof. Alex, no intuito de melhorar o policiamento daquela região. Vai precarizar ainda mais o atendimento àquelas comunidades, que já têm ansiado muito por uma melhoria da segurança.

Então, este Pedido de Indicação vem exatamente nesse sentido. Por que é que nós estamos retirando a priorização? Primeiro, Ver. Bernardino, para ter espaço de poder discutir isso cada vez mais. Segundo, nós estamos retirando para efetivamente aguardar que isso realmente não ocorra, como está prometido para o dia 15 de junho. E se ocorrer,



---

nós vamos voltar a priorizar esse pedido para essa região específica da Cidade. Não que o resto da Cidade não precise, mas essa região, se houver a fusão desses dois batalhões, certamente vai sofrer muito com isso. Não são poucos os crimes que têm ocorrido por lá. O Ver. Paulinho sabe bem a vida cotidiana daquela região, uma região muito vinculada à parte rural da cidade de Porto Alegre, muito vinculada a uma relação mais afetiva entre os moradores, mas que nos últimos anos tem sido sede de verdadeiras organizações criminosas importantes que têm se instalado naquela região. O fechamento do posto de policiamento do Bairro Lami, que é uma das questões que está imbricada no bojo desse processo, virá, sem dúvida nenhuma, em prejuízo daquela comunidade. E nós, como representantes daquela comunidade – Ver. Paulinho, Ver. Delegado Cleiton e outros Vereadores desta Casa –, não podemos nos calar frente a esse grande problema. Entendemos que, infelizmente, a situação financeira do Estado é muito grave, mas saúde e segurança têm que ser priorizadas. De alguma forma, elas têm que ser priorizadas. E se nós reduzirmos o contingente de batalhões na região, certamente, nós vamos ter prejuízo. Se nós deslocarmos toda a sede do Batalhão para a Restinga, nós vamos ter prejuízo em Belém Novo, no Lami e no Lageado. E é isso que esta proposta quer. Esta proposta, esta proposição quer sensibilizar as autoridades estaduais para que, efetivamente, não façam isso, em função da necessidade que aquela região já tem; aquela região já é débil no atendimento da Brigada Militar. Volto a dizer, geograficamente, é a maior região da Cidade, sem dúvida nenhuma. Os profissionais da Brigada Militar que trabalham lá são excelentes profissionais, na sua grande maioria, mas sofrem com as dificuldades de deslocamento. E, sem dúvida nenhuma, agora, perdendo a possibilidade de se ter esse contingente, sofrerão ainda mais.

Então, nós, num primeiro momento, estamos retirando da priorização, voltaremos a priorizar esse pedido de indicação. E solicitamos já, do alto dessa tribuna, para que o Executivo Estadual possa ter a sensibilidade de não fazer isso. Porque isso virá, sem dúvida nenhuma, em prejuízo daquelas pessoas que moram lá há décadas, há anos e que já clamam há muito tempo, não é de hoje, por uma melhoria na área de Segurança pública, principalmente naquilo que se refere à Brigada Militar.

Então, é bem singelo e importante que nós possamos ficar atentos para isso, para que, efetivamente, a região não tenha mais essa perda. Então, é esse o pedido que eu faço, estou encaminhando aqui a retirada de priorização, para posteriormente, poder voltar a

---

debater, esperando que não precisemos debater; esperamos que isso não ocorra, para que nós não precisemos voltar a esta tribuna, Ver. Alberto Kopittke, e voltar a discutir essa questão da diminuição dos batalhões, que vem em prejuízo dessas comunidades, principalmente, as mais periféricas.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento):** Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão e votação do PLCL nº 011/14 por duas Sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Assim que nós terminarmos a votação do Requerimento do Ver. Dr. Thiago, colocaremos em votação o Requerimento de Vossa Excelência.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

**O SR. PAULINHO MOTORISTA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; demais Vereadores; pessoal que nos assiste em casa e nas galerias; e nossos colegas aqui da Casa; com certeza, Ver. Dr. Thiago, eu assino embaixo as suas palavras, porque estamos lutando diariamente com a situação do policiamento de Belém Novo, do Lami, da Ponta Grossa, do Chapéu do Sol, de todas aquelas regiões que o senhor acabou de falar. Já está difícil a situação lá, pois há assalto todo dia, toda hora, não tem mais horário para as pessoas serem assaltadas. Na semana passada, assaltaram três jovens na frente do nosso Colégio Estadual Dr. Glicério Alves e houve até tiros, que os camaradas deram. Sorte que os camaradas eram ruins de pontaria, erraram e não acertaram as vítimas. Graças a Deus, os camaradas estavam tão chapados que erraram os tiros nas gurias por milagre de Deus; senão, teria sido uma tragédia maior. E, em se tratando de diminuir o policiamento lá, conforme o senhor acabou de falar, com certeza, pelo amor de Deus, estamos de brincadeira em falar de um assunto desses de diminuir o policiamento nosso lá, que já está, assim, difícil. Conforme o senhor falou, policiais que trabalham lá são policiais competentes. O 21º Batalhão é competente, mas a situação é o seguinte, Dr. Thiago, o 21º Batalhão atende a Ponta Grossa, Restinga, Belém Novo, Lami, toda aquela área, com pouco efetivo; já está difícil de eles trabalharem dessa maneira, aí, se diminuir,

---

pág. 45

---

fica centrado só na Restinga, nós vamos ficar lá a ver navios e a marginalidade vai tomar conta da nossa região. Eles já não estão respeitando mais, não tem hora durante o dia. Antigamente era só à noite que eles assaltavam; agora é de manhã, é à tarde. O camarada tem que estar sempre espiado se cuidando. Os camaradas, covardemente, atacam as crianças de colégio, principalmente as mulheres quando estão na parada de ônibus. E, conforme o senhor acabou de falar, retirando de pauta hoje, com certeza a gente vai continuar trabalhando nesse assunto, e vamos, sim lutar para que isso não aconteça lá, porque a gente luta aqui pela melhoria da nossa região, e as pessoas de lá não podem ficar desassistidas de policiamento. Se hoje já está precário, Dr. Thiago, imagina se chega a acontecer uma situação dessa aí, os camaradas vão tomar conta lá da região e as pessoas vão ter que ficar dentro de casa, escondidas. A gente está no dia a dia, tanto eu quanto o senhor, assim como outros Vereadores aqui, e sabemos o que as pessoas passam em Belém Novo, Lami, Ponta Grossa, Restinga, Moradas da Hípica, Chapéu do Sol, toda aquela região. Então, a gente está aqui, com certeza, para trabalhar para a população, para as comunidades que nos colocaram aqui. Se essa situação fosse em outra zona de Porto Alegre, Zona Norte, Zona Leste, a gente trabalharia no mesmo sentido.

Então reforço aqui a minha fala: com certeza trabalharemos para que cada vez aumente mais o policiamento e para que não diminua na nossa região, Zona Sul/Extremo-Sul, tão sofrida e tão precária que é hoje em dia, para a qual a gente trabalha para que melhore cada vez mais para que se possa dar qualidade de vida àquelas pessoas, pois tão bom que é morar na Zona Sul/Extremo-Sul, mas a situação está difícil e queremos cada vez mais policiamento, e não que diminua o que a gente já tem no dia a dia das nossas comunidades lá

Pode contar comigo, Dr. Thiago, assino embaixo das suas palavras, e a gente vai trabalhar junto nesse sentido para que isso não venha a acontecer, e sim que se some cada vez mais o nosso policiamento para atender a nossa região lá tão sofrida no dia a dia. Um abraço a todos. Contem comigo sempre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a possibilidade da retirada de votação de um projeto de lei, quando solicitada pelo seu autor, se nos afigura como sendo uma das mais paradoxais situações desta Casa. Se o requerente, no caso da indicação, antes da mesma ocorrer, entende que ela deve ser retirada, pareceu-me que seria um gesto burocrático puro e simples, encaminhado à presidência, que, me parece, teria poderes para deferir esse requerimento, independente da opinião do plenário. É a vontade do autor, que nós não podemos contrariar. Ninguém vai contrariar o autor, agora, aqui, nesse seu objetivo de voltar atrás nessa matéria, que, inclusive, foi objeto de ampla discussão na Casa na última Sessão legislativa.

Evidentemente, Sr. Presidente, que, tendo nós nos posicionado de forma muito positiva e firme quanto à essa proposição, e vindo o autor à tribuna, vindo um dos mais destacados Vereadores da Casa, Ver. Paulinho Motorista, colocando posições de solidariedade a essa proposta, eu me sinto no dever de reafirmar aquilo que, anteriormente, coloquei. Quando da votação, eu, inclusive, me abstive de posição, porque achava que era uma proposta inócua. Dizer que no Lami, e mais precisamente no Lajeado, existe deficiência de policiamento é chover no molhado. Porto Alegre tem deficiência de policiamento. E, evidentemente, que o Regimento a que se refere na proposta está na Vila Restinga, em área do Município, cedido ao 21º Batalhão, para ali instalar, inicialmente, uma companhia e, posteriormente, um batalhão, exatamente, porque a Restinga é, sem dúvida nenhuma, o maior núcleo habitacional da Zona Sul da Cidade.

Então, a Restinga também careceria desse maior policiamento, como a Lomba do Pinheiro, como a Hípica e como outros vários núcleos habitacionais de Porto Alegre, inclusive os bairros mais tradicionais.

Sr. Presidente, para não esticar o raciocínio, estou dizendo que não há outro caminho a seguir diante da vontade expressa do autor, que requereu a retirada de tramitação da sua proposta. Evidentemente, que ele é o senhor absoluto do destino do seu projeto. Se ele quer que retire, nós, que tínhamos restrições a ele, só podemos aplaudi-lo dessa iniciativa, fazendo esses comentários que fizemos, apenas para respaldar e deixar muito claro a nossa posição. Não temos nenhuma antipatia pessoal contra o autor, pelo contrário, até temos muito carinho com relação a ele, mas era uma proposta que nós nunca conseguimos entender claramente e que, agora, é retirada pela sua vontade, e nós

---

vamos acolher a vontade do Vereador Dr. Thiago, aprovando a retirada da Indicação nº 004/15 por ele proposta e que já foi, inclusive, objeto de uma votação anterior que não se consolidou em face da ausência de quórum. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente colegas Vereadores e Vereadoras, o requerimento que está em discussão é muito simples, é pedir a prorrogação da discussão referente à segurança pública em Porto Alegre, mais precisamente na Região Sul e Extremo Sul de Porto Alegre, na área do 21º Batalhão. Na área onde, inclusive, eu resido. Votaremos favoravelmente tanto à transferência quanto ao objeto do requerimento, mas o debate aqui creio que tem que ser outro: Qual a consequência deste Governo com a segurança pública. E quero dizer que os Vereadores que me antecederam, Ver. Reginaldo, Ver. Paulinho, Ver. Thiago, todos defenderam e votaram no Sartori que aí está, e que tem hoje 1.200 brigadianos prontos para serem nomeados, resultantes do Governo Tarso; que tem 600 policiais civis para serem nomeados.

Então, eu creio que somos contrários, sim, a esta fusão do Batalhão, mas o problema é o descaso do Governo Sartori com a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul; e é isso que está em debate. Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu não a vi vir à tribuna ainda fazer a crítica ao Governo Sartori, que tirou as horas extras dos brigadianos, que tirou as horas extras do funcionalismo da Polícia Civil, que determinou que a Polícia e a Brigada Militar fiquem paradas nas esquinas com os carros, sem fazer as intervenções nas comunidades.

É isto o que está em debate: qual é o programa do Governo Sartori? O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, vem aqui com a autoridade de fazer esse debate, porque nós tínhamos propostas e políticas para a segurança pública. Não era tudo o que a sociedade exigia, mas é muito mais do que o Sartori está fazendo. O Prefeito Jairo Jorge, de Canoas, encaminhou um requerimento que está sem resposta, porque o presídio de Canoas está pronto para receber os detentos, e o Governo Sartori, que tem que concluir um pequeno acesso ao presídio, não o faz. Então o debate aqui é sobre a segurança, é sobre qual é o papel do Governo. O 20º Batalhão e o nosso amigo que lá está, o Coronel

---

Botelho, que comanda, sofrem as consequências do descaso do Governo Sartori com a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, com o problema da segurança, que envolve os bairros Restinga, Belém Novo, Lami, Lageado, Boa Vista, assim como a Extrema, que é a maior região territorial, sim.

Volto a dizer que nós estamos dando acordo à transferência e dando acordo ao requerimento do Ver. Dr. Thiago, mas quem votou e fez campanha pelo Sartori é responsável por essa política, e o senhor, Ver. Dr. Thiago, foi um dos maiores defensores do Governo Sartori, que aí está, que desmontou a política do Governo Tarso, que vinha sendo construída. Então, antes de aprovarmos aqui, creio que a base de sustentação do Sartori tem que pedir uma audiência com o Governador e dizer que ele, imediatamente, tem que retomar as medidas que vinham sendo desenvolvidas pelo Governo Tarso; nomear os 1,2 mil brigadianos que estão prontos para serem nomeados; nomear os 600 policiais civis, que também estão prontos para serem nomeados; retomar as horas extras para os brigadianos e para a Polícia Civil, que foram cortadas; retomar o investimento na infraestrutura, na gasolina, nos carros, no armamento e na proteção da Polícia Civil e da Brigada Militar, que foi cortado. Esse é o verdadeiro debate que temos que fazer! E essa fusão, Ver. Dr. Thiago, que eles ameaçam fazer, é na lógica de corte de recursos, de enxugar mais a máquina, de desproteger mais o cidadão. Então estamos debatendo isto, sim: qual o projeto que está em exercício e qual o projeto que foi derrotado nas urnas. Bom, mas quem se comprometeu a fazer campanha para esse projeto que aí está tem que vir a esta tribuna e assumir que esse projeto não é o nosso projeto do PT, do PCdoB, do PSOL, mas é o projeto do PMDB, do PDT, do DEM, do PP, esses têm que vir aqui justificar por que isso está acontecendo. Esta é uma Casa política, não dá para fazermos campanha para um e depois vir dizer que está tudo mal, que não pode ser assim. Tem que assumir a responsabilidade de qual proposta defendida nas urnas. Nós viemos aqui e sempre defendemos a Presidente Dilma. Vamos continuar a defendê-la, porque acreditamos que o Brasil está no caminho certo, o Brasil está combatendo a corrupção. Inclusive, na Lava Jato, os seis Deputados Federais que estão lá são do PP, e todos os Deputados Estaduais que estão aqui e que fizeram aliança com o PP têm que vir aqui e dizer: “Eu utilizei dinheiro da Lava Jato, inclusive na minha campanha junto com os Deputados Federais!” Temos que debater aqui política. Não dá para, um dia, fazer política de um jeito e, no outro dia, querer escamotear essa discussão. Volto a dizer: a resposta

---

---

tem que ser dos Vereadores, dos Deputados que fizeram campanha para o Sartori e cobrar dele. Inclusive não sei o nome do Secretário de Segurança que foi importado do Mato Grosso e não conhece o Rio Grande do Sul, a sua estrutura, não tem a leitura e faz uma campanha de desmonte da estrutura que estava sendo montada no Governo Tarso Genro.

Acabamos de fazer a redução da idade penal, mas o promotor que assumiu a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul está pedindo para que se consiga fazer a conclusão das unidades para os jovens reclusos, lá em Belém Novo, para terem um processo educativo. A base desse Governo que apoiou o Sartori sempre deu o contra, agora é o seu Governo que tem que construir. Também queremos ver a opinião deles sobre isso. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Dr. Thiago:** Eu gostei do elogio me dado pelo Ver. Comassetto e quero dizer que, como votei no Governo Sartori, eu tenho a legitimidade de exigir que se cumpra aquilo que foi combinado. E isso não havia sido combinado anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Feito o registro. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volto à tribuna, porque mais uma vez trata-se aqui da segurança pública. E aqui, até agora, falou-se na segurança pública, meu caro Ver. Dr. Thiago, da Zona Sul. Concordo, temos absoluta consciência de que está difícil. Agora, é uma questão que se alastra pela Cidade toda. Aliás, pelas cidades todas de praticamente do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, é um problema do Estado, mas também é um grande problema para todos os Municípios, vamos dizer, brasileiros ou gaúchos. E mais uma vez eu venho aqui aproveitar esta oportunidade para dizer que tenho uma proposta, a qual encaminhei para o Comandante do Policiamento da Capital, que é a proposta do PM convocado, da reserva remunerada e da reserva não remunerada. Com isto, nós estamos viabilizando, além da possibilidade de contratação dos novos PMs e policiais de que aqui se falou, estamos viabilizando uma possibilidade partilhada de pagamento e de custos - Estados e Municípios - para a convocação transitória desses policiais da reserva. Que, aliás, repito,

---

pág. 50



---

começa se encaminhar parcela disso, através da proposta do Governador Sartori. E como participante do Governo Sartori, eu quero dizer para o meu querido Ver. Comassetto que, no final do ano passado, recebíamos aqui comitivas de concursados, pedindo a nomeação; lá, não deu, agora tem que ser urgente. Nós acreditamos que são passos. Para concluir, essa proposta que eu apresento, que é uma ideia de convênio, Estados e Municípios, também tem tido exemplo lá em Tocantins, que tem andado bastante bem, sim. Nós conseguiríamos, com isso, voltar a ter nas cidades a nossa ideia do “Pedro e Paulo”, hoje poderíamos dizer “Pedro e Maria”, porque temos homens e mulheres policiais. O Rio Grande do Sul, o povo gaúcho acredita, quer e pede policiais próximos às suas ruas, aos bairros, nos postos de polícia. Portanto, é uma das possibilidades que tem a custo bastante baixo. É isso, aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h37min) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores, e Sras. Vereadoras, Ver. Cláudio Janta, o Ver. Comassetto veio, há pouco tempo, a esta tribuna – se eu não me engano ele estava discutindo o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago – e entrou em uma pauta falando dos Deputados do PT, da Lava Jato, mais uma vez condenando os Deputados que foram citados por um delator sem os deixar se defender. Eu fiz questão de vir a esta tribuna, não vi nenhum dos nossos Vereadores vir aqui e falar

---

---

até agora, mas eu me sinto no direito e na obrigação até de expor algumas questões em relação ao Partido dos Trabalhadores. Nós temos visto o Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores condenado! E nem por isso vimos a esta tribuna, Ver. Paulinho, falar dessas questões, porque entendemos que essas pessoas têm o direito de recorrer em todas as instâncias. O ex-Governador Tarso Genro, enquanto era Prefeito da cidade de Porto Alegre, foi condenado em primeira e segunda instâncias e, se não me engano, está recorrendo a essa condenação. E nem por isso alguém veio aqui tripudiar em relação a isso, porque nós temos respeito. Acreditamos que todos têm o direito de se defender, isso é muito importante. Eu tinha de fazer essa colocação, Ver. Janta, porque eles têm mania – não sei se é mania, talvez seja a forma como eles trabalham... Eu gostaria muito que o Ver. Comassetto estivesse aqui, porque eu disse a ele que viria à Tribuna responder. Aqui ninguém está passando a mão na cabeça dos Deputados do PP. O nosso Presidente Estadual do Partido Progressista, Celso Bernardi, já disse, alto e bom som, que qualquer um que for condenado ou for indiciado sofrerá as consequências dentro do partido no nosso Conselho de Ética. É assim que vamos atuar, é assim que vamos trabalhar! Mas tem de dar o direito de resposta, tem de dar o direito de defesa, como nós demos ao Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores, que foi condenado, mais uma vez eu digo, Ver. Marcelo Sgarbossa, o próprio ex-Prefeito Tarso Genro, que ainda está recorrendo. Que bom que nós temos as instâncias para recorrer. Nós escutamos muito falar o PT vir falar nesta Tribuna da terceirização, mas ele está sendo condenado porque terceirizou serviços naquela época. É por isso que ele foi condenado, mas acho que ele tem direito à resposta, sim, é importante. Eu não estou aqui tomando nenhum posicionamento se está certo, se está errado, Ver. Marcelo. Estou dizendo que as pessoas têm de ter o direito à sua defesa. Se, naquela época, o Prefeito Tarso Genro tomou essas medidas – não tenho dúvida nenhuma – é porque ele queria atender melhor a população de Porto Alegre por meio do que fez em relação ao Sistema de Saúde. Quem está na gestão, muitas vezes, Ver. Mauro Pinheiro, não consegue resolver de um dia para outro, e as pessoas estão precisando do atendimento de saúde, e o gestor tem de tomar decisões, e, por qualquer decisão que tome, muitas vezes, ele vai ser apontado por tribunais e ter pedidos de indiciamentos pelo Ministério Público ou por fazer ou por se omitir. Esta é uma realidade que a gente vive hoje, Janta; qualquer gestor, qualquer governante vive. Se tu fazes, Mônica, salvas vidas de pessoas lá na ponta, tu podes

---

sofrer; se tu não fazes, tu sofres as penalidades por omissão. Então, é muito importante que a gente tenha a tranquilidade para que os Deputados do Partido Progressista possam se defender, possam expor o que aconteceu em nível federal, porque o delator que falou os nomes dos Deputados na Polícia Federal, depois, foi na CPI e disse que não conhecia a maioria. Na CPI, disse que não conhecia a maioria, a maioria.

Eu fiz questão de fazer esta fala, porque a gente precisa ter muito respeito, e qualquer um de nós pode passar por isso, Ver. Paulinho. Temos que ter muita calma e muita tranquilidade quando vem à tribuna fazer alguns ataques que não levam a nossa democracia como ela tem que ser feita.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h44min.)